

15 98
12

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE**

--- Aos trinta de abril do ano dois mil e catorze reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Maria Luísa Clode Figueira da Silva Araújo, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves e Américo João da Silva Dias, como primeira e segundo secretários, respetivamente, este último designado em substituição de Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Mudança** - Ana Patrícia da Silva Oliveira (PND); António José Gouveia Gomes (PS), Baltasar de Carvalho M. Gonçalves Aguiar (PND); Carlos Alejandro da Câmara Figueira (PTP); Duarte Luís Fernandes Caldeira (PS); Donato Paulo Vares Macedo (PND); Guida Maria Barcelos Martins (PS); Guida Maria Vieira Martins (BE); Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS); João Valdemar Berenguer (PTP); José Gabriel Pereira Oliveira (PS); José Juvenal Nunes Rodrigues (PS); Maria Isabel da Silva Barros de Freitas (PS); Micaela Gomes Camacho (PS); Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS); Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT); Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS).-----

--- **CDS/PP** - Filomena Maria Teixeira Gonçalves; Gonçalo Nuno Pimenta Aguiar e Lino Ricardo Silva Abreu. -----

--- **PCP/PEV** - Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues; Herlinda Maria Gouveia Amado e Jorge Manuel Morais da Silva. -----

--- **PPD/PSD** - Ana Patrícia Correia Brazão de Castro; António Domingos Sousa Abreu; Carlos Miguel Encarnação Gonçalves; David João Rodrigues Gomes; José António Freitas Rodrigues; José Agostinho de Freitas Baptista; Lívio Rómulo Soares Coelho, Luís Miguel Moura Sousa; Marco Alexandre Ribeiro P. Fernandes; Maria Idalina Fernandes Silva; Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa; Pedro José Jardim Gomes; Pedro Miguel



Abreu dos santos Gouveia; Raquel João Martins da Silva, Rosa Maria Lopes C. G. de Oliveira; Rui Alberto Garanito Santos; e Rui Nuno Barros Cortez.-----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, da Senhora Vice-Presidente, Maria Filipa Trindade Jardim Fernandes, e dos Senhores Vereadores: Idalina Perestrelo Luís, José Edgar Marques da Silva, Gil da Silva Canha, Bruno Miguel Camacho Pereira, João José Nascimento Rodrigues, Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus, Paulo Alexandre de Atouguia Aveiro, José Manuel Sousa Rodrigues e Artur Alberto Fernandes Andrade. ---

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, designada para elaborar as atas da Assembleia Municipal.-----

--- **Verificando a existência de quórum, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

1. Pedidos de suspensão de mandatos: -----

1.1. Alberto Rufino Fernandes Casimiro, eleito pelo PPD/PSD Madeira, por trezentos e sessenta e cinco dias, com efeitos a partir de dez de março de dois mil e catorze, sendo substituído por Pedro Miguel Abreu dos Santos Gouveia, atendendo a que o membro seguinte da lista, Ricardo Jorge Alves Delgado, pediu também a suspensão. -----

1.2. Manuel Nélio Vicente Pereira, eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PS, por trinta dias, com efeitos a partir de vinte e três de abril, substituído por Sérgio Juvenal de Jesus Abreu. -----

1.3. Eduardo Pedro Welsh, eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PND, por vinte e cinco dias, com efeitos a partir de vinte e nove de abril, substituído por Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar. -----

2. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO: -----

16/99
v2

2.1. Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, substituído pela Secretária da Junta, Maria Isabel da Silva Barros de Freitas; -----

2.2. Carlos Alberto Rodrigues, eleito pelo PPD/PSD Madeira, substituído por Carlos Miguel da Encarnação Gonçalves; -----

2.3. Maria Elisabete Mendonça Andrade, eleita pelo PPD/PSD Madeira, substituída por Ana Patrícia Correia Brazão de Castro; -----

2.4. Edgar Freitas Gomes Silva, eleito pela CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP-PEV, substituído por Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues; -----

3. Verificou-se ainda a ausência da 2ª Secretária da Mesa da Assembleia, por motivos de saúde, Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, eleita pelo CDS/PP, sendo substituída pelo Deputado Municipal Américo João da Silva Dias. -----

4. APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES: -----

4.1. Ata da sessão ordinária de vinte e um de fevereiro de dois mil e catorze - foi retificada na linha nove da folha vinte a palavra "retábulos" pela palavra "recetáculos", sendo aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do GMM, doze do PPD/PSD, quatro do CDS/PP, três do PCP/PEV, e três abstenções, uma do GMM e duas do PPD/PSD. -----

4.2. Ata da reunião de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e catorze – aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do GMM, doze do PPD/PSD, quatro do CDS/PP, três do PCP/PEV e três abstenções, uma do GMM e duas do PPD/PSD. -----

5. EXPEDIENTE: -----

5.1. Convites enviados à Presidente da Assembleia: -----



- Convite do Presidente da Câmara Municipal do Funchal para as comemorações do 126º Aniversário do Teatro Municipal Baltazar Dias. -----
- Convite da Editora Nova Delphi, organizadora do Festival Literário da Madeira, para participação no evento “Conversas Cruzadas”. -----
- Convite do Embaixador da República Federativa do Brasil, por intermédio da Editora atrás referida, para o espetáculo do músico João Donato e Grupo. -----
- Convite do Presidente da Câmara Municipal do Funchal para a inauguração da exposição das comemorações do 92º Aniversário da Morte do Imperador Carlos d’Áustria, no Teatro Municipal. -----
- Convite do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava para assistir ao I Fórum da Ribeira Brava, sob o tema “Liberdade, quem a tem chama-lhe sua”. -----
- Convite da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses para a Conferência “25 de Abril: 40 anos de democracia”. -----
- Convite do Presidente da Câmara Municipal do Funchal para a cerimónia de descerramento da placa “Via 25 de Abril”. -----
- Convite do Presidente da Câmara Municipal do Funchal para participação na Procissão, seguida de Missa em honra de S. Tiago Menor, Padroeiro da Cidade do Funchal, na Igreja do Socorro. -----

5.2. PEDIDOS DE INTERVENÇÃO REENCAMINHADOS À CMF: -----

5.2.1. Do Grupo Municipal do PPD/PSD Madeira, a solicitar de informação sobre a demolição do esporão que liga a praia Formosa ao Ilhéu. -----

5.2. Do PCP/PEV a solicitar a resolução do derrame de esgoto na Vereda do Ribeiro Lavadouro – Santo António; informação sobre o andamento da inscrição para habitação de José Lito Rodrigues Gouveia; intervenção sobre o mau estado de placa toponímica alusiva à Vereda do Ribeiro Lavadouro – Santo António; esclarecimento sobre as obras e

15100
vz
G

projeto de construção do lar de terceira idade e creche, promovido pela ASSICOM, localizado nas Quebradas; possibilidade de ajuda habitacional a Zózima Maria Gonçalves Rodrigues Ferreira; intervenção no arruamento denominado Beco do Sacristão – Santo António, devido à degradação do mesmo; pedido de intervenção na limpeza de terrenos situados no Pico dos Barcelos junto à Estrada Comandante Camacho de Freitas. -----

5.3. Do PTP Partido Trabalhista Português, por intermédio do GMM, informações relacionadas com vencimentos, horas extraordinárias e outros encargos dos Bombeiros Municipais; alerta para possível desrespeito das normas de construção de moradia situada no Beco da Penha de França, nº 26. -----

Não houve o período da intervenção do público. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

1. Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV**, que propôs um voto de pesar pelo falecimento da Senhora D. Inês Márcia Gomes Afonseca, referenciando-a como uma Mulher lutadora, guerreira, fundadora e dirigente da União dos Caseiros da Madeira, acérrima defensora pelo direito dos trabalhadores e batalhadora pela extinção da colónia. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. **Guida Maria Vieira Martins, Deputada Municipal do GMM**, juntou-se ao voto de pesar, manifestado pela Senhora Deputada Herlanda Maria Gouveia Amado, em relação à Senhora D. Inês Márcia Gomes Afonseca, dizendo que a mesma foi uma Mulher extraordinária, participando e solidarizando-se em todas as lutas das trabalhadoras e trabalhadores, um exemplo para a sua geração e as gerações futuras. Como Mulher era e foi um grande exemplo, a sua eterna solidariedade. -----

2. **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM**, associou-se a este voto de pesar, referindo que por a Senhora D. Inês Márcia Gomes Afonseca ser



sua vizinha habituou-se desde criança a vê-la a lutar e a defender aqueles que eram mais fracos e que era uma Mulher que tinha sempre presente os trabalhadores, uma Mulher sem medo, uma Mulher de coragem e daí o facto de se associar a este voto de pesar. ----

--- **A Senhora Presidente** colocou este ponto à votação, sendo o mesmo **aprovado por unanimidade**.-----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. Usou da palavra o **Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM**, para propor que seja dado conhecimento deste voto de pesar à família da Senhora D. Inês Márcia Gomes Afonseca. -----

2. De seguida o **Senhor Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues, do PCP/PEV**, propôs o seguinte Voto de Saudação ao 1º de Maio e aos Trabalhadores Portugueses que se transcreve: “No 1º de Maio de mil oitocentos e oitenta e seis, centenas de milhares de operários de Chicago, nos Estados Unidos, iniciaram uma luta histórica fazendo uma greve geral em que reivindicavam que a jornada de trabalho fosse de oito horas diárias. Os reflexos internacionais dessa ação, violentamente reprimida, viriam a determinar a instituição e a declaração do 1º de Maio como o “Dia Internacional dos Trabalhadores”. Desde essa data, o movimento operário e sindical tem vindo a assumir um papel determinante e preponderante e as lutas desenvolvidas em conjunto com os trabalhadores contribuíram para criar um conjunto de normas e de relações que significaram importantes avanços nos direitos do trabalho e dos trabalhadores.-----

Em Portugal, só a partir da Revolução de Abril de mil novecentos e setenta e quatro foi possível voltar a comemorar em liberdade esta importante data internacional. -----

Atualmente vivemos um período de retrocesso económico e de acumulação de problemas diversos que afetam sobremaneira as famílias portuguesas diariamente confrontadas com o desemprego, com o agravamento das situações de pobreza e das dificuldades no

f15101
vr


acesso a bens e serviços essenciais para a sua qualidade de vida e bem-estar.-----

As sucessivas alterações à legislação laboral têm levado à perda de direitos arduamente adquiridos e conquistados e as medidas de austeridade têm promovido a precaridade laboral e o desrespeito por direitos fundamentais com repercussão negativa na qualidade de vida das famílias.-----

Assim, considerando que é necessário continuar a defender e a exigir emprego estável, salários dignos, trabalho em condições de segurança, higiene e saúde, contra as injustiças e a precaridade laboral, propõe-se: -----

Primeiro – Saudar todos os trabalhadores que, através do seu esforço, defendem mais e melhores condições de trabalho e o acesso a uma vida digna para si e para as suas famílias; -----

Segundo – Apelar à participação de todos os trabalhadores na Manifestação e em outras comemorações associadas ao 1º de Maio, tonando estas iniciativas em momentos de reivindicação por mais e melhor trabalho e trabalho com direitos, na defesa da qualidade de vida e do bem-estar dos trabalhadores e das suas famílias, na exigência de um novo rumo que possa representar prosperidade, justiça e um desenvolvimento equilibrado que beneficie o interesse geral.” -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, usou da palavra e disse que o Grupo do CDS/PP irá votar favoravelmente à proposta apresentada pelo PCP/PEV, não deixando de referenciar que estão sempre a favor da defesa do direito dos trabalhadores. Enquanto parte da família democrata cristã congratulou-se também, por ter um Ministro que tem vindo a aumentar gradualmente a proposta do salário mínimo nacional, em diálogo com a Troika numa perspetiva e no balanço social para que todos os portugueses tenham uma melhor qualidade de vida. -----

2. Seguidamente o **Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu dos Santos Gouveia, do PPD/PSD**, disse que a sua intervenção no sentido de voto da proposta apresentada, não representa o Grupo Municipal do PSD/PPD apenas a sua opinião pessoal. Irá abster-se, por não concordar com os fundamentos apresentados pelo partido que a apresentou, porque é demagogia e o que tem resultado numa precariedade da vida dos trabalhadores, não é o Código do Trabalho, mas as sucessivas e constantes medidas de austeridade de dois mil e nove até à presente data. -----

PEDIDOS DE ESCALRECIMENTO: -----

1. O **Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM**, dirigiu-se ao Deputado Pedro Miguel Abreu dos Santos Gouveia, não concordando com a sua opinião e dizendo que demagogia é o que tem feito o PPD/PSD e o CDS/PP, atacando os direitos dos trabalhadores, facilitando os despedimentos, cortando os salários, aumentando o horário de trabalho e os impostos. Ter facilidade de despedir, pagar pouco e ganhar muito é típico dos Senhores do PPD/PSD e CDS/PP, disse. -----

--- Em direito de resposta o **Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu dos Santos Gouveia**, esclareceu que não é empresário de sucesso, mas sim Advogado de profissão, trabalha por conta de outrem, tendo inclusive clientes que muitas vezes não podem pagar-lhe e que também é muito mal pago para aquilo que faz. -----

--- A **Senhora Presidente** colocou este ponto à votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com trinta e oito votos a favor, sendo dezanove do GMM, doze do PPD/PSD, quatro do CDSPP, três do PCP/PEV e uma abstenção do PPD/PSD. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. O **Senhor Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues, do PCP/PEV**, lembrou que o que é “demagogia” é o congelamento da promessa do salário mínimo de quinhentos euros, e o prolongamento do “garrote” ao trabalho extraordinário e aos

feriados e não aproveitar para defender os trabalhadores em datas assinaladas. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu dos Santos Gouveia, do PPD/PSD, voltou a afirmar que absteve-se na votação, pelos motivos e fundamentos apresentados na proposta do PCP/PEV e que é solidário e saúda os trabalhadores. -----

3. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu falou pelo Grupo Municipal PPD/PSD, dizendo que votarão e estarão sempre na defesa dos valores que estão subjacentes na proposta apresentada pelo PCP/PEV. -----

Ao contrário do que foi dito, identificam-se de uma forma plena e democrática com o significado universal que tem o 1º de Maio. A expressão de liberdade e democracia que o Grupo Municipal do PPD/PSD demonstrou e tem vindo a demonstrar, em termos daquilo que são as opções, permitindo que haja exercício democrático na expressão de voto, ficou patente ao contrário daquilo indiciado pelo Senhor Deputado. -----

4. O Senhor Deputado Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do GMM, começou por registar a importância da evolução que se deu no PPD/PSD, que em votações idênticas no passado, abstinha-se sempre pelas razões semânticas que foram suscitadas pelo Senhor Deputado Pedro Miguel, o qual foi coerente com o seu passado. Lamentou ainda que devido a “uma personagem que entrou no Governo de “lambreta” e que agora se passeia em altas “bombas”, qualquer dia não há trabalhadores neste País e por isso qualquer dia não há motivo ou objeto para se comemorar o Dia do Trabalhador”.

5. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, referiu que o povo já se apercebeu que não é bom fazer demagogia política, por isso o que têm de fazer é transmitir a verdade aos cidadãos e cidadãs que os elegeram. -----

Não importa o meio de transporte usado pelo Ministro mas o facto como tem orientado, e bem, algumas coisas negativas, reforçadas pelo CDS/PP Madeira na Assembleia Legislativa Regional. José Sócrates deixou-nos com quase dez pontos percentuais do



défice, lembrou. -----

--- De seguida a **Senhora Presidente** deu a palavra ao **Grupo Municipal do PCP/PEV** para apresentar a proposta de resolução para criação “Conselho Municipal para a Igualdade de Género, de Direitos e Oportunidades”. -----

--- **A Senhora Deputada Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV**, usou da palavra para apresentar a proposta invocando o exercício de uma plena cidadania com a efetiva participação quer de mulheres quer de homens no planeamento, na definição de políticas para as mais diversas áreas da vida social, económica, cultural, política e nas decisões que diretamente os afetam, na sua qualidade de vida, no seu bem-estar, no seu desenvolvimento humano e social. Disse que a origem das desigualdades e a reflexão em torno das mesmas bem como o combate que urge levar a cabo para as dissipar não pode continuar a ser encarado como uma questão de segundo plano. Cada vez mais a necessidade de coesão social, de reforço dos princípios pelos quais as sociedades democráticas se pautam, a participação efetiva dos cidadãos nos diversos aspetos da vida e gestão públicas, impõem que as instâncias políticas tomem medidas que promovam a plena participação nas mais diversas vertentes sociais, na promoção da qualidade de vida e bem-estar, na defesa do acesso à cultura, à educação, ao pleno emprego, ao emprego com direitos e a uma remuneração adequada às tarefas e trabalho desenvolvido, entre outras, contribuindo assim para a criação e definição de um futuro melhor, de uma sociedade mais equilibrada, justa, plural e fraterna. -----

Afirmou que é necessário operar e proporcionar um impulso decisivo para a promoção da igualdade entre homens e mulheres visando a plena integração da temática da igualdade de direitos e oportunidades entre géneros em todas as políticas sectoriais a desenvolver.

INSCRIÇÕES: -----

1. **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM**, começou por

fls 103
v8

lembrar que já foi anunciado que a Câmara Municipal do Funchal, assinou um Protocolo com a Comissão de Igualdade de Género a nível Nacional, sendo referido numa das suas alíneas a criação no Município do Funchal do Plano Municipal para a Igualdade. -----

Explicou que foi criado um pequeno grupo de trabalho que já está a elaborar a proposta do plano dentro das indicações recebidas, não só através do protocolo como da experiência de outros municípios a nível nacional. Lembrou que este assunto foi um compromisso assumido pela Mudança em campanha eleitoral. -----

Perante estes dados, que são públicos e conhecidos, assumidos pela Câmara e pelo Presidente, não entende a pretensão do PCP/PEV apresentar esta proposta de recomendação, sugerindo assim, a sua retirada, comprometendo-se trazer numa próxima assembleia municipal uma proposta concreta para o Plano Municipal para a Igualdade. ---

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO: -----

1. A Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV, começou por não fazer nenhum pedido de esclarecimento, mas defender a não retirada da proposta como propôs a Senhora Deputada Guida Maria Vieira Martins, mantendo-a tal como foi apresentada, porque independentemente do que já foi assumido em reunião de vereação, não há nada que impeça que na própria reunião da Assembleia Municipal qualquer proposta possa ser apresentada. -----

2. O Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do GMM, colocou duas questões: -----

Primeiro: Se é possível apresentar-se uma proposta de resolução na qual está incluído um regulamento? Porque uma proposta de resolução é um pedido dirigido a um executivo para que delibere ou faça uma determinada atividade e um regulamento é uma disposição normativa do Município. -----

Segundo: Ao pedir ao PCP/PEV a retirada da proposta está disponível, como eu estou,



para conjuntamente com aquele partido apresentar uma proposta final, que está a trabalhar e a coordenar, em termos de conseguir um consenso absoluto e a regulamentação ideal para toda esta matéria? -----

3. Em direito de resposta a **Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM**, respondeu à Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, que afinal a Proposta de Resolução já tem um regulamento e a Assembleia não se pode vincular a este regulamento nem à elaboração do trabalho que já está a ser feito, porque o que está a ser apresentado é um Conselho Municipal e o que está a ser trabalhado para trazer à Assembleia é um Plano Municipal para a Igualdade. É esse o compromisso feito aquando da assinatura do Protocolo. Assim, não é possível, agora, aprovar esta proposta que dá a indicação de formar um conselho quando o compromisso é trabalhar no plano municipal para a igualdade. -----

Em resposta ao Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, disse estar disposta a chegar a consenso com todos e que quando for agendado existirão propostas e debates para haver consenso com todos, para que a decisão final seja aprovada por unanimidade. -----

4. Por esta ocasião tomou a palavra a **Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado**, esclarecendo que no início da sua intervenção fez um ponto prévio dizendo que o regulamento era retirado, não fazendo sentido a intervenção da Senhora Deputada Guida Vieira nesse sentido, e que se é apenas pela questão da terminologia que se pode mudar de “Conselho” para “Plano”, mantendo tudo o que está sem o Regulamento. -----

5. **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD**, dirigiu-se à Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, para registar o bom empenho tutelar da pasta que lhe foi entregue pelo Município, fazendo votos de que

15/10/18

assim continue. -----

Quanto à proposta e à sua reformulação quis deixar duas questões: a primeira no sentido de afirmar que tem verificado que qualquer proposta apresentada e que não corresponde a algo de concreto que esteja em curso ou feita na prática pela atual vereação em exercício, a resposta tem sido o pedido para que seja retirada por já estar a ser tratada. Foi assim com o Conselho Municipal de Juventude e com outras propostas, verificando-se mais uma vez que se mantem a coerência da Mudança de não querer discutir, nem aproveitar o trabalho e as propostas que são feitas, sendo esta uma delas, podendo trabalhar sobre ela, como foi reiterado. -----

De qualquer modo a proposta do PCP/PEV, poderia ser melhor se tratasse a igualdade de uma forma mais universal e mais abrangente. A igualdade centra-se muito nas questões de género, que são importantes, em relação às quais a nossa sociedade e a nossa cidade tem muito ainda para fazer. No fundo a Igualdade vai muito para além da questão de género. É uma oportunidade, um desejo, um voto de que o PCP/PEV e a assembleia possam incluir num Conselho ou num Plano ou em ambos, as questões da Igualdade em tudo, nos grupos sociais minoritários, nas questões da religião, nas questões da orientação sexual, em todas as questões que fazem com que a nossa sociedade não seja aquilo que pensamos que deveria ser em termos de igualdade. -----

--- **A Senhora Presidente** colocou à votação a **contraproposta do GMM** de retirada da Proposta de Resolução para a Criação do Conselho Municipal para a Igualdade de Género, de Direitos e Oportunidades proposto pelo PCP/PEV, sendo **aprovado por maioria com dezoito votos a favor do GMM, três contra do PCP/PEV e vinte e uma abstenções sendo uma do GMM, dezasseis do PPD/PSD e quatro do CDS/PP.** -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV,



começou por dizer que no passado haviam propostas apresentadas nesta assembleia e havia coerência e a coragem de frontalmente votar contra as nossas propostas. Ao invés, agora é um chumbo polido. Antigamente havia um chumbo direto e coerente e até ouvíamos nos corredores: *“estamos de acordo com a vossa proposta, mas nós não podemos votar a favor”*. -----

Agora sempre que qualquer proposta é apresentada, corre-se o sério risco de que antes que seja colocada à votação, há a possibilidade de proposta de retirada da mesma. Antes era um chumbo coerente e frontal, agora é um chumbo polido, por isso colocou as questões: qual é realmente a Mudança? Daqui para a frente as propostas que vamos trazer vão todas ter uma proposta de retirada? -----

2. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, disse que o seu grupo absteve-se nesta votação porque esta votação foi ilegal. A Senhora Presidente não podia levar a votos o chumbo de uma proposta, porque se a maioria estivesse presente nunca era votada qualquer proposta da oposição, por isso esta votação tem de ser retirada e levar a votos apenas a proposta do PCP/PEV. -----

3. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, começou por dizer que é inédito o que se estava a passar na Assembleia Municipal, votar uma proposta no sentido de retirar um projeto de discussão numa assembleia. Considerou um erro técnico ter sido colocado à votação a retirada da proposta, e em nome da democracia, dos valores, dos princípios, da igualdade, do socialismo democrático e da bancada do CDS/PP pediu à Mesa para reconsiderar a sua decisão. ----

--- **A Senhora Presidente** agradeceu as palavras dos Senhores Deputados e disse que não era a primeira vez que as propostas de retirada eram votadas na Assembleia. -----

--- Propôs de seguida um intervalo de dez minutos, para repor a ordem na sala, devido à discussão que a decisão da votação anterior gerou. -----

16/5/05
10
S

--- Decorrido aquele período, a **Senhora Presidente** deu continuidade à sessão, dizendo que depois de analisar a votação anterior do pedido de retirada da proposta, e ponderado o assunto, deu a palavra para esse efeito, a quem apresentou a proposta para dizer o que tivesse por bem. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** no uso da palavra começou por lamentar o que tinha acabado de suceder, e que quando apresentou a proposta de retirada da Resolução do PCP/PEV, não foi com má intenção, explicando as razões e motivos da sua solicitação. -----

Como estão numa Assembleia política é natural que todos queiram defender as suas posições políticas. Por isso quis deixar bem claro que da sua parte não houve qualquer intenção de ferir a democracia, propondo que seja revogada a deliberação de retirada da Resolução e que se passe normalmente à votação da proposta apresentada pelo PCP/PEV, mostrando assim que não têm medo da democracia nem das votações. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, quis lamentar o que se passou, porque é fundamental perceber-se que uma mesa de qualquer assembleia não pode aceitar pedidos de retirada de propostas. Afirmou que, no seu ponto de vista, não deve a Mesa aceitar propostas de retirada de pedidos e, no futuro, a assembleia não deverá aceitar pedidos de cancelamento de discussão de pontos ou de propostas. -----

--- **A Senhora Presidente** em nome da mesa agradeceu novamente, pondo de seguida à votação a revogação da deliberação de retirada da proposta de resolução, apresentada pelo PCP/PEV, tendo a mesma sido **revogada com vinte e cinco votos a favor, sendo dezoito do GMM, quatro do CDS/PP, três do PCP/PEV e catorze abstenções do PPD/PSD.** -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, começou por dizer que tal como anteriormente o seu grupo absteve-se, sendo um voto de abstenção um não voto, uma não opinião, uma não decisão. Explicou que não estar contra nem a favor, é simplesmente não fazer parte. Esclareceu que o grupo não quis fazer parte da votação anterior nem da atual, porque entende que o que deveria ter sido feito era anular a anterior votação. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do GMM, regozijou-se pela posição que tomaram e ficou satisfeito por terem revogado a deliberação em que participou, com os fundamentos apresentados pelas outras bancadas e que compreendeu. -----

Quanto à aceitação ou não da proposta pela Mesa quis apenas esclarecer, que a Mesa toma as suas deliberações que podem ser questionáveis e recorridas em plenário. Assim, se alguém entendia que a aceitação por parte da Mesa era ilegal recorria dessa decisão para o plenário, seria este o percurso que deveria ter sido tomado em coerência. -----

3. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, na sequência das palavras do Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, disse que tentou logo no momento em que se gerou o “burburinho” sobre esta situação, seguir pelo caminho mencionado pelo Senhor Deputado Baltasar Aguiar, mas não lhe foi dada a palavra. Não sendo esse o processo obrigatório, porque há outros processos, era nesse sentido que queria ter feito uma interpelação à Mesa. -----

--- **A Senhora Presidente** passou de seguida à votação da Proposta de Resolução da Criação do Conselho Municipal para a Igualdade de Género, de Direitos e Oportunidades apresentada pelo PCP/PEV **não sendo aprovada com vinte e um votos contra, sendo dezoito do GMM, quatro do CDS/PP, três votos a favor do PCP/PEV e quinze**

fls 106
10

abstenções sendo uma do GMM e catorze do PPD/PSD. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Martins Vieira, do GMM, disse que ficou claro que o GMM evitou que esta Resolução fosse votada, por não corresponder ao compromisso que o Município já assinou através de protocolo com a SIG, para implementar um Plano Municipal para a Igualdade que já se encontra em preparação. --- Tudo fizeram e tudo farão para que haja consenso na aprovação desse Plano, apelando a todos os grupos municipais tempo de debate e de colaboração para chegarem a uma decisão final consensual. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, começou por reforçar o que já foi defendido em reunião da Câmara Municipal por serem congruentes naquilo que dizem e fazem. -----

Votaram contra, porque não faz sentido a discussão para a Criação do Conselho Municipal para a Igualdade de Género, de Direitos e Oportunidades, uma vez que foi votado favoravelmente para que a Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins represente esta Assembleia na Comissão do Plano Municipal para a Igualdade. -- Achando ainda, que o voto da sua bancada é um voto de bom senso e coerente com aquilo que transmitiram na reunião da Câmara Municipal através do Vereador do seu partido. -----

3. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV, principiou, lamentando o que se passou na Assembleia e a rejeição da proposta apresentada pelo grupo que representa. Porque no órgão deliberativo onde a proposta poderia ter sido ouvida e opinada por todos foi rejeitada, órgão esse que poderia ter feito essa mesma discussão, e o que foi transmitido é que há um grupo e não um representante dos partidos com assento na Assembleia. -----



Registaram ainda o que foi transmitido pela Senhora Deputada Guida Vieira, com a promessa de continuarem a apresentar propostas quer na Vereação quer na Assembleia Municipal. -----

4. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, começou por dizer que o sentido de voto do seu grupo foi que não poderiam estar contra a criação de um Conselho Municipal para a Igualdade, pelos motivos que referiu anteriormente, e que ele deveria ser mais ambicioso e abrangente. -----

Dirigindo-se à Senhora Deputada Guida Vieira, disse que lamenta e repudia a atitude anti democrática da mesma, quanto à intenção do objetivo político de evitar que se apresente, discuta e aprove. -----

INSCRIÇÕES ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, interveio fazendo um reparo à produtividade da Assembleia e à forma como a Mesa conduziu o período de antes da ordem do dia. -----

Continuou, criticando o atual presidente da Câmara, por afirmar que não pode governar como prometido porque as finanças da Autarquia estão debilitadas, ao contrário do que demonstram as contas apresentadas e certificadas, mostrando assim que não pode governar, não por não ter disponibilidade financeira, mas por não saber fazê-lo. -----

Referiu-se depois ao modo, como o Senhor Presidente retirou o PDM ao Senhor Vereador Gil Canha, que embora concorde, no lugar do Vereador referido demitia-se. -----

Finalizou esta intervenção dando as boas vindas à nova Secretária da Assembleia e em nome do grupo que representa louvou o trabalho desempenhado pela D. Guida Teixeira.

2. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do GMM, usou da palavra concordando com o reparo do Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, quanto ao modo como se debatiam os assuntos no

JLS 107
V2

período antes da ordem do dia. No entanto, notou que não foi o que fez o Senhor Deputado atrás mencionado, pois o que apresentou foram assuntos que estão na ordem do dia, entre os quais as finanças da Autarquia. -----

Referiu-se ainda, à opinião que o Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez emitiu em relação à decisão que tomaria se estivesse na posição do Vereador Gil Canha, ao ser-lhe retirado o PDM, aconselhando este último, a manter-se onde está e mostrar que não é preciso “uma pera doce” (PDM), para se estar na Câmara a exercer funções públicas e servir o interesse público em nome dos eleitores. -----

Finalizou manifestando o seu apreço pela D. Guida Teixeira, ex-secretária da Assembleia.

3. Em defesa da honra o Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, respondeu ao Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, agradecendo-lhe a classificação que deu ao PDM, de “pera doce” porque mostram assim não perceber do assunto, utilizando-o como instrumento de manipulação dos seus interesses, ao contrário do grupo municipal do PPD/PSD que considera o PDM como um trabalho, uma dedicação e uma orientação estratégica que tem de ser feito pela Câmara e pelo Vereador. -----

4. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, registou com agrado a oportunidade de usarem o período de antes da ordem do dia para fazer política, para ouvir e contribuir com a dialética fundamental naquele espaço. -----

Aproveitou este momento para dizer algo que foi falado na reunião de representantes e que tem a ver com o funcionamento e papel que cabe à Assembleia em termos de fiscalização, acompanhamento e direitos. -----

Continuou dizendo que o Grupo Municipal do PPD/PSD, enviou em tempo um pedido formal dirigido, através da Mesa da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal, para responder a um conjunto de questões em relação às quais a



única resposta recebida, não foi do Senhor Presidente da Câmara mas do Senhor Vereador Gil Canha dizendo: "... em relação às perguntas podem consultar o processo". -

Primeiro – As perguntas não eram dirigidas ao Senhor Vereador e não têm conhecimento da delegação de competências na resposta à missiva por parte do Senhor Presidente. ----

Segundo – A resposta do Senhor Vereador, não cobriu as perguntas, apenas disse para consultarem o processo, o qual veio a constatar-se não existir. -----

E o que se torna mais incomodativo, é a impossibilidade manifesta do Senhor Presidente em permitir que um Grupo de Deputados e conseqüentemente a Assembleia faça o seu papel de acompanhar, fiscalizar e receber informação quando é solicitada, nos termos corretos, legais, formais, funcionais e democráticos, deixando assim o seu registo de reprovação. -----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, lamentou a sua falta de tempo para responder a uma pergunta formal que lhe foi dirigida pelos meios e vias próprias, porque os deputados precisam de informação e resposta para poderem fazer o seu trabalho, considerando falta de democracia em todo este procedimento. -----

Voltando a dirigir-se à Mesa solicitou, em caso de persistência, que exerça a sua autoridade, censurando e assegurando que tenham acesso ao que foi pedido. -----

--- De seguida a **Senhora Presidente** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que começou por lamentar o tom de algumas afirmações que foram proferidas, notando que o PPD/PSD está preocupado com a sua relação com o Senhor Vereador Gil Canha, esclarecendo que o que se estabeleceu nesta Vereação, enquanto trabalho de equipa, foi no sentido de articular e estar de comum acordo. Por isso foi de comum acordo que a questão do PDM, pela sua importância e transversalidade, ficou com a Presidência, não havendo retiradas nem incompatibilidades, mas sim a preocupação de assegurar um trabalho de equipa no interesse da Cidade e de todos. -----

fls 108
v

Lamentou ainda que se façam afirmações que desmerecem quem ganhou legitimamente as eleições de uma maneira democrática e limpa. -----

Em relação à questão solicitada pelo Grupo Municipal PPD/PSD sobre o esporão da Praia Formosa, foi encaminhado para o Senhor Vereador Gil Canha, porque havia um dossier que estava em sua posse e assim poderia prestar as declarações que eram solicitadas. -- Terminou dizendo, que esta questão é um problema que gostariam de resolver em articulação com quem gere o domínio público marítimo, o Governo Regional. -----

5. Intervindo, a **Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM**, interpelou a Mesa no sentido de fazer cumprir a hora regimental para o período antes da ordem do dia. -----

6. Seguidamente a Senhora Presidente concedeu ainda a palavra ao **Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD**, que insistiu no direito que todos os grupos municipais têm em ser informados, passando a explicitar que foram feitas declarações públicas pelo titular, Senhor Vereador Gil Canha, relativamente ao processo de intervenção do esporão na Praia Formosa, dizendo que tinham um projeto para fazer a correção da situação. Dizendo ainda que o mesmo estava pronto e só não avançava, embora houvesse disponibilidade financeira, porque tendo consultado a Direção Regional de Ambiente e Ordenamento do Território, a mesma informou que esse processo caía dentro do âmbito da diretiva de avaliação de impacto ambiental e da legislação nacional correspondente. A posição transmitida publicamente pelo Senhor Vereador era de que a Câmara faria a obra e o Governo deveria fazer a avaliação de impacto ambiental, porque não tinha dinheiro para isso e que tinha um projeto que foi feito com consulta a especialistas. -----

O pedido de informação foi efetuado com base nestas declarações, não é contra o projeto, porque é preciso intervir e corrigir. Porém, quando recebeu a resposta para dirigir-

se ao Departamento para consultar o processo o que foi apresentado pelo Senhor Diretor do Departamento foram umas fotografias com os levantamentos feitos, não contendo nenhum projeto.-----

O Senhor Deputado disse ter indagado quais os especialistas, quais os pareceres e onde é que estavam, ao que o referido Diretor respondeu que não existiam ou seja o Senhor Vereador não falou verdade. -----

As perguntas que insiste que sejam respondidas pelo Senhor Presidente são:- Onde está o projeto? - Sendo obrigatório fazer a avaliação de impacto ambiental e sendo, segundo a lei, da responsabilidade do promotor, a Câmara para além de não querer fazer, porque é a promotora, vai seguir isto como doutrina? - Vai aceitar que um promotor chegue cá e diga que faz o projeto porque tem dinheiro, mas a avaliação de impacto ambiental faz a Câmara? -----

No seu entender, este tipo de comportamento, não só viola o direito como os princípios de avaliação de impacto ambiental. A diretiva e a legislação nacional que lhe dá expressão refere que *"a avaliação de impacto ambiental é um processo que para certos projetos é prévia, vinculativa e obrigatória"*. Isso não foi cumprido, porque já existe projeto e decisão mas não se fez a avaliação que integra, não só a análise do projeto, como dá alternativa de zero, porque não foi estudada. Deveria ter sido feita uma análise integrada, consciente, tecnicamente sustentada para poder dizer-se se esta é a opção económica, ambiental e socialmente interessante para resolver um problema que persiste. -----

Mas o que mais o incomoda é ser Deputado Municipal, ter escrito uma carta dirigida ao Senhor Presidente da Câmara que não obteve resposta, e agora, em sede de interpelação, o Senhor Presidente limita-se a dizer que o Senhor Vereador é que vai responder. -----

Insistiu com a Senhora Presidente para que fizesse o seu papel relativamente a este

165109
S. V. R.

processo. -----

--- A Senhora Presidente voltou a ceder a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que quis relembrar que quanto à necessidade de intervenção naquela zona, não foi cometida nenhuma ilegalidade, que a responsabilidade é do Governo Regional, estando a Câmara, no interesse da Cidade, a tentar resolver um problema, que não era seu, uma vez que o promotor é o Governo Regional. -----

Se existe ilegalidade foi cometida aquando da construção do esporão onde não existe estudo de impacto ambiental. -----

--- De seguida interveio o **Senhor Vereador Gil Canha**, para explicar que o direito ao acesso a documentos administrativos, não é só dos Senhores Deputados Municipais, mas todos os munícipes. É esse o modo de atuação correto. -----

Quanto à questão da Praia Formosa é preocupante porque desde que foi feito aquele esporão, que a Câmara entreviu durante estes últimos vinte anos, naquele segmento durante costeiro tendo já despendido quase um milhão de euros. -----

Em conformidade com a situação financeira que a Câmara se encontra, é um absurdo estar todos os anos a gastar trinta e cinco mil euros para deitar terras no depósito sedimentar a poente com camiões a passar para o lado nascente. Por isso foi apresentada uma proposta à Secretaria Regional do Ambiente, que é quem tem a gestão do domínio público marítimo, para resolução do problema, não tendo a Câmara que efetuar nenhum estudo de impacto ambiental. -----

Perante esta situação, o que a Câmara pretendeu foi dar uma ajuda, fazendo um projeto, cortando um pouco do esporão para a deriva sedimentar alimentar a praia que está em “emagrecimento” e, assim, proteger as obras que o mar galga todos os anos. Houve diálogo com o Grupo Pestana e com o Grupo da Shell, encaminhando-os para o Governo Regional. -----

Finalizou, afirmando que a Câmara não irá mais fazer a alimentação artificial àquela praia, porque em termos ambientais é um absurdo quando a própria natureza o pode fazer. -----

A Senhora Presidente interrompeu a sessão para o almoço, informando que os trabalhos seriam retomados às catorze horas. -----

--- Após o intervalo do almoço, os trabalhos foram reiniciados com uma interpelação à Mesa pelo **Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** insistindo para que o pedido de informação anteriormente feito fosse satisfeito. Pediu à Senhora Presidente que nos termos regulamentares e de atuação pessoal, assegurasse a informação e resposta nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -

--- Em resposta a **Senhora Presidente**, assegurou que todos os pedidos de informação recebidos são devidamente reencaminhados para a Vereação. Contudo irá pessoalmente insistir para que essa informação lhe seja disponibilizada e reiterar esse pedido junto do Senhor Presidente e do Senhor Vereador com esse Pelouro. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

Ponto Um: Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município (art.º 25º nº 2 C) do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12/09. -----

--- A Senhora Presidente deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que começou por salientar os pontos que considerou relevantes na atuação desta Vereação, nomeadamente: -----

a) A implementação do Orçamento Participativo para a Cidade do Funchal. Referiu que constituir-se-á uma equipa de coordenação sob a alçada direta da presidência da Câmara composta por técnicos de diversos departamentos da Câmara, pois o orçamento participativo abarca e abrange todo o território do concelho do Funchal, em que todas as áreas, desde a cultura, às obras e ao social. -----

fls 110
v2
S

- b) A construção de uma carta de princípios que melhore se adequa à Cidade do Funchal, que contemplará as regras de funcionamento do processo. -----
- c) A criação de uma imagem do Orçamento Participativo que é importante em questões de marketing e divulgação. -----
- d) A criação, por técnicos da Autarquia, de uma página na Internet para haver uma relação dos cidadãos com este orçamento. -----
- e) A produção de materiais publicitários que assegurem a passagem de informação para os cidadãos e facilitem o entendimento do que é o processo. -----
- f) A campanha de divulgação e de promoção com recurso a parcerias com outras entidades do território, tais como Juntas de Freguesia, associações, etc. -----
- g) A criação de um micro-site onde as propostas poderão ser apresentadas em nome individual. Numa segunda fase, os cidadãos poderão votar essas propostas, para priorizar as que serão aprovadas para posterior análise técnica dos serviços municipais. -----
Salientou ainda que o mais importante é que irão ser discutidos projetos para a Cidade e os cidadãos têm a hipótese de uma parte do investimento ser decidido e aplicado por eles, propondo, votando e escolhendo os projetos. -----
Após a eleição desses projetos há uma análise técnica e financeira das propostas, pois poderão existir projetos que não são exequíveis, seja do ponto de vista dos planos de ordenamento, seja por não se enquadrarem na legislação ou nos regulamentos camarários ou por ultrapassarem o orçamento definido. -----
No final existirá uma votação pública dos projetos. -----
- h) Aproveitando a presença dos presidentes de Junta de Freguesia, disse que as mesmas têm autonomia para aplicar, ou não, o Orçamento Participativo. Sugeriu às Juntas aderentes que seguissem a carta de princípios e a mesma metodologia de implementação que a Câmara realizou, para não confundir os cidadãos. -----



Aproveitou também, para agradecer publicamente aos Senhores e Senhora Presidentes das Juntas de Freguesia toda a colaboração e articulação aquando das negociações, para a celebração dos acordos de execução e contratos inter-administrativos, conforme estabelece a Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, delegadas nas Juntas de Freguesia. -----

i) Deu conhecimento do andamento do projeto URB*ART – Projeto de Arte Pública Urbana do Funchal, tendo já sido nomeados para elementos do júri, o Dr. Jorge Freitas, do Departamento de Planeamento Estratégico, o Prof. Celso Caires e o Artista Plástico madeirense Rigo, os quais possuem algumas propostas que foram apresentadas. -----

j) Referindo-se às comemorações da revolução do vinte e cinco de abril, agradeceu a todos os Partidos Políticos e Grupos Municipais pela forma digna que tiveram na sua intervenção na Sessão Solene, na qual contaram com a mui digna presença do “Capitão de Abril” o Senhor Coronel Sousa e Castro. -----

E acrescentou que irão comemorar sempre este marco histórico, não no sentido de saudosismo, mas lembrando os valores de Abril naquilo que é a sua ação diária e naquilo que querem para a Cidade do Funchal. -----

k) Finalizou referindo alguns dados quanto à análise do controlo orçamental no primeiro trimestre de 2014. A receita no período homólogo do ano transato foi superior em um milhão e meio de euros, havendo um aumento de um vírgula quatro milhões de euros na aquisição de bens e serviços, mas que se refere a pagamento de dívidas contraídas e não pagas, pelo executivo anterior. -----

Houve uma redução global da dívida em cerca de dois milhões de euros, até sessenta dias e nos empréstimos a médio e longo prazo, não deixando de realçar a dívida do IRS em mais de cinco milhões de euros que o Governo Regional tem para com a Câmara.

265111
ra

Esta dívida foi provisionada e deverá ser paga por ser um direito do Município disponibilizando-se a encetar negociações com o Governo Regional para que essa verba seja paga, ainda que de uma forma faseada. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP-PEV, colocou as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara: -----

Divisão de Parques e Jardins – Hortas Urbanas Municipais: -----

- Qual o total de inscritos? -----
- Qual o tempo médio de espera e quais as perspectivas de atribuição? -----
- Se já se verifica arrendamento de espaços ou se será necessário a Câmara adquiri-los? -----

Departamento de Obras Públicas: -----

- Com o início da segunda fase das obras do Complexo Balnear do Lido, o que poderão perspetivar os seus utilizadores? -----
- Se é possível consolidar a escarpa na Promenade da Praia Formosa, para garantir maior segurança dos cidadãos que ali circulam, tendo em conta que tem sido alvo de alertas? -----

Questionou ainda se já deu início a alguma diligência junto do Governo Regional, para conseguir verba necessária para dar início à construção de uma nova ETAR, uma vez que a atual é insuficiente? -----

Prosseguiu questionando quais os desenvolvimentos em relação aos seguintes edifícios: -

- Edifício no Largo do Encontro em São Roque, que tinha sido apontado como o novo Centro Cívico daquela freguesia, porque a sua situação de segurança é cada vez mais precária? -----
- Qual a intervenção ponderada para o Edifício situado entre a Rua do Surdo e a Rua da Carreira, mais conhecido pelo “edifício do antigo Cajú”, porque devido ao estado de -----

degradação em que se encontra, quem por ali passa corre sérios riscos? -----

- Qual a informação que a Câmara poderá transmitir a esta Assembleia sobre o processo do “Muro do Engº. Quintanilha”, situado no Pico do Cardo, uma vez que o mesmo já foi alvo de decisões judiciais para demolição, mas ainda se mantém intacto. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, CDS-PP, em nome do Grupo Municipal que representa, dirigiu-se ao Senhor Presidente questionando-o sobre a veracidade de uma notícia emitida num dos matutinos da Região, em que um produtor madeirense colocou algumas questões à Câmara, mais concretamente à questão cultural do Teatro Municipal Baltazar Dias. -----

De seguida agradeceu todos os serviços, na Área Social, que a Câmara Municipal do Funchal tem feito ao longo deste mandato, notando-se um comportamento de pro-atividade e um maior envolvimento dos quadros, e deu os parabéns ao Senhor Vereador Edgar Silva, ao Presidente da SocioHabitaFunchal e às Juntas de Freguesia, porque mesmo com pouca assessoria o trabalho tem sido notável e visível aos olhares da população, nomeadamente na questão do arrendamento, ao contrário do Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, que tem sido arrogante e prepotente nesta matéria, porque se o cidadão pertence ao Concelho do Funchal, o Instituto não o acolhe e remete-o para a Câmara, sendo inconcebível os cidadãos sofrerem represálias políticas. -----

ESCLARECIMENTOS: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD,** deu início à sua intervenção pedindo esclarecimento ao Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, CDS-PP, colocando-lhe as seguintes questões: -----

Primeiro – Assume o Senhor Deputado que o Instituto de Habitação é um órgão do PPD/PSD? -----

Segundo – As declarações que aqui foram feitas, sugerem que o Presidente e os

fls 112
✓

Técnicos da Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, enviaram algum cidadão do Funchal para a Câmara. Se tem e pode provar essa informação, sugiro e peço que a apresente em sede própria e acompanhá-lo-ei para formalizar esse repúdio, porque essa atitude, seja de qual for a Instituição pública, não é aceitável. -----

Em direito de resposta o **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP**, esclareceu dizendo que como Deputado Municipal, tem acompanhado processos de cidadãos que se dirigem ao Gabinete de Apoio ao Município, e que como é óbvio não irá revelar o nome dessas pessoas. Mas do ponto de vista da idoneidade, da imagem e da clarividência, se o Senhor Deputado Domingos Abreu, estiver disposto, poderá acompanhá-lo aos serviços que rececionam as pessoas, e verificar que os técnicos que lá estão, são bem instruídos do ponto de vista da formação, mas do ponto vista das ocorrências políticas remetem todos os processos do concelho do Funchal para a Câmara os resolver, o que não se verifica em relação a outros concelhos.

3. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, começou por dizer que não ficou esclarecido com o esclarecimento do Senhor Deputado Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e mantém a sua disponibilidade para ir até às últimas consequências em relação a estas matérias. Garantiu que quando a ata daquelas declarações for feita, irá extraí-las para uma certidão, porque elas encerram crime, usurpação de competências e não cumprimento do dever do funcionário público, porque foi dito que o Presidente e a Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM instrumentalizam politicamente e que respondem não cumprindo as suas funções, o que para si é muito grave. -----

Como já referiu noutras reuniões, quando o Senhor Presidente e outras entidades se referiram a "jogadas debaixo da mesa e falta de transparência", irá extrair certidões e remete-las ao Ministério Público.-----



Relativamente ao relatório de atividades deixou algumas notas, solidarizando-se com a Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, porque uma vez mais não receberam o relatório prometido e discutido, que em termos de forma e conteúdo foi anunciado que iria ser apresentado. -----

Receberam um relatório, que é o “dos parafusos, das porcas e das portas”, e desse o Senhor Presidente destituiu-se, porque vem em avulso e à frente sem qualquer apadrinhamento ou aconselhamento. Depois receberam um relatório, que é a “agenda política da presidência e do Senhor Presidente”, sendo esse o seu relatório. -----

Relativamente ao relatório que ainda não satisfaz os anseios de todos nós, em particular da Senhora Deputada Guida Maria Vieira Martins, tem duas novidades, a primeira é que desapareceram alguns serviços camarários, a segunda é a inclusão de um ponto que é o “Câmara à Porta”, notando-se que há um indício de um certo desfasamento entre o que é a realidade municipal e aquilo que é a vontade da mudança, porque apenas existem doze pedidos, para uma coisa que era urgente, fundamental e prioritária e que tem meio milhão de euros disponíveis. Referiu que, apesar de estarmos no início, daqueles doze pedidos, dez não tiveram enquadramento, ou seja, o resultado foram duas intervenções. -----

4. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do GMM, dirigindo-se ao Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, disse que ficou agradavelmente impressionado com a sua intervenção por ter sido conciso e curto, mas que teve esta atitude porque não tinha nada a dizer. Só interveio para, depois de uma intervenção notável do Senhor Deputado Gonçalo Nuno Pimenta Camacho do CDS/PP, ameaça-lo com procedimentos criminais, por estar possivelmente a incorrer em crime ao denunciar uma atuação incorreta do Instituto de Habitação da Madeira. Referindo-se ao relatório de atividades da Câmara, disse que é a revelação da Mudança: - Primeiro, começando com o volume do relatório, porque

JL5113
10

anteriormente era quatro vezes maior, sendo este mais conciso, compreensível e discutível. -----

- Segundo, embora refira as coisas fundamentais, não refere por exemplo, a retirada dos "carros pretos", a retirada dos grandes comerciantes que antes estendiam os negócios pelas ruas da cidade prejudicando os pequenos comerciantes, acabando também com as esplanadas sem regra. -----

Nesta Câmara todos são iguais, nenhum empreiteiro, nenhum cidadão é mais favorecido do que o outro. -----

Quis referir ainda, duas coisas importantes, que figuram neste relatório: -----

- Primeiro, a organização do Festival Literário, aproveitando para cumprimentar a excelente ideia e iniciativa da anterior Vereação na pessoa do Dr. Pedro Calado, e continuada por esta. Disse que foi muito gratificante assistir à enchente do Teatro Municipal Baltazar Dias para ouvir grandes personalidades tais como, Ricardo Pereira, Irene Pimentel ou João de Melo, etc. -----

Elogiou ainda a presença digna e calma como moderador do Senhor Presidente da Câmara do Funchal. Referiu-se ainda à Organização, que embora seja voluntária, tudo fizeram para que o Festival corresse bem para que fosse o melhor Festival de Literatura da Madeira. Fez votos para que seja um acontecimento que marque e continue para uma boa promoção do Funchal e da Madeira. -----

Salientou também que este é um relatório sobre o resultado do exercício financeiro destes três meses da nova gestão da Mudança, onde se salienta o pagamento de mais de dois milhões de dívidas, mostrando assim competência, rigor, disciplina financeira e tolerância.

Finalizou dirigindo-se ao Senhor Deputado Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, que se referiu à Mudança, que da sua parte a Mudança está aberta também para o CDS/PP e para toda a oposição que queira mudar esta Região. -----



--- Em defesa da honra interveio o **Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD**, dizendo que não ameaçou nenhum Deputado Municipal, porque não o pode fazer nem está no seu timbre, o que disse e repetiu é que repudia qualquer titular de cargo de Instituto, qualquer funcionário público que atue nos moldes em que o Senhor Deputado Gonçalo Camacho denunciou, e contra isso, primeiro como cidadão e segundo como Deputado Municipal pode agir. -----

Concluiu com uma proposta de que se comece a fazer as sessões da Assembleia, de forma preventiva, antes de qualquer refeição bem regada. -----

5. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortes, do PPD/PSD, começou por dizer que o Senhor Deputado Municipal Baltazar Aguiar não entendeu o que o Senhor Deputado Municipal Domingos Abreu quis dizer. O que ele quis dizer é que é crime o que, segundo Senhor Deputado Municipal Gonçalo Camacho diz que a Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, está a fazer, e sendo assim vai extrair cópia da ata para levar ao Instituto e questionar se estão a cometer esse crime. -----

O Senhor Deputado Municipal Baltazar Aguiar, também acusou o Senhor Deputado Municipal Domingos Abreu, de nada dizer em relação ao Relatório mas também não disse nada, apenas disse o que não veio no relatório e elogiou a iniciativa da anterior Vereação, que antes não era elogiada mas agora que é repetida é elogiada. -----

--- Em direito de resposta o **Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do GMM**, respondeu que quando não se tem argumentos educados, racionais e frontais para rebater se recorre ao insulto. Esse insulto foi sugerir que se calhar teve uma refeição bem regada, que é o que fazem os seus acusadores, quando frequentam as “festas nos palheiros ferreiros”. -----

Mas o que queria dizer é que assistiu à última sessão desta Assembleia, na qual o Senhor Deputado Municipal Domingos Abreu falou quase uma hora mas o que disse foi zero, por

fls 114
vº

isso se fosse condenado à morte e o pusessem a escolher entre morrer a ouvir os seus discursos ou a morrer dentro de uma barrica de vinho madeira, preferia morrer dentro da barrica de vinho madeira. -----

6. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMM, deu início à sua intervenção repudiando as intervenções que até então foram feitas, afirmando mesmo que se fosse ele a seleccionar as listas de deputados, nenhum deles faria parte das mesmas. -----

Depois, invocando a Lei nº 75/2013, fez referência à importância da presença dos Senhores Vereadores nas sessões da Assembleia Municipal, principalmente aqueles que são os únicos a representar o partido. -----

Realçou a credibilização da política aquando das comemorações do vinte e cinco de Abril, que foi a primeira vez no Funchal. A questão do pluralismo e dos oradores terem sido aplaudidos pela bancada e pelos vereadores da Mudança. O aplauso não foi pelo conteúdo do discurso mas pela democracia e pelo pluralismo que se tem e implementado. Mas houve gente que não mudou o registo, que hoje não é poder mas oposição, e a oposição não pode querer mandar numa maioria e num programa que está definido e que foi o eleitorado funchalense que escolheu. -----

Aproveitou para informar e regozijar-se com o voto de congratulação sobre a importância do vinte e cinco de Abril aprovado por unanimidade por todos os partidos presentes na Assembleia de Freguesia de São Roque, incluindo o apoio do Senhor Presidente da Junta, que é o seguinte: "*Este ano o Funchal, capital da Região Autónoma da Madeira, foi igualmente a capital da liberdade, da democracia e do integral respeito por todas as opiniões*". -----



Falou sobre a importância do Orçamento Participativo e sobre o apelo e o esforço que a Câmara Municipal do Funchal terá de fazer para que todos os cidadãos tenham os mesmos direitos de participação. -----

Continuou dizendo que hoje houve alguém que se ofendeu com a falta de liberdade e pluralismo, esquecendo-se essas mesmas pessoas que, num passado recente, nas Associações de Estudantes não era permitido falar porque não estavam na JSD. Dirigiu-se ao Senhor Deputado Municipal Domingos Abreu dizendo que poderia abrir-lhe um processo pelas suas afirmações, mas que conhece pessoas e situações que tiveram essas atitudes. -----

Quanto à falta de liberdade disse que também se encontra presente uma pessoa que pertenceu à Mesa da Assembleia Legislativa Regional. Lembrou que os membros que a compunham eram todos da mesma cor política e foi preciso num estatuto político administrativo negociar, até com alguns apoios financeiros, para compor-se a democracia mostrando uma Mesa plural, pois até então era a única na Europa representada por membros do mesmo partido. -----

--- Posto isto, a Senhora Presidente deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para responder a alguns pedidos de esclarecimento por parte dos Senhores Deputados, começando por dirigir-se à Senhora Deputada Municipal Herlanda Amado, dizendo que foram suspensas as inscrições às Hortas Urbanas Municipais devido ao elevado número de pessoas já inscritas, cerca de mil. -----

Considerando as Hortas Urbanas um bom projeto, não concorda com a ocupação de alguns dos terrenos, que têm rendas anuais no valor de quase duzentos mil euros, valor que poderia ser aplicado numa perspetiva social mais útil. Disse que a intenção é alargar o projeto, não só para introduzir hortas comunitárias, mas também hortas biológicas. -----

15115
y

Tendo as hortas uma função social prioritária, serão atribuídas a pessoas consideradas mais carenciadas. -----

Referiu-se depois à atribuição das Bandeiras Azuis e à situação do Lido. Disse que esta Vereação conseguiu um financiamento, ainda do quadro comunitário do ano transato, para concluir todo o projeto do Lido. Prevê que em dois mil e quinze o Lido estará restaurado, reabilitado e aberto a toda a população, tendo algumas zonas de acesso gratuito. -----

Em relação à ETAR disse ser uma preocupação herdada e um peso demasiado grande para a Autarquia. É uma situação que deve preocupar também o Governo Regional e o Governo da República. -----

A Autarquia irá fazer a sua parte aproveitando as perspectivas de abertura de financiamento do próximo quadro de apoio. Para tal foram encetadas consultas a empresas para apresentarem projetos e orçamentos. -----

Depois referiu-se ao Centro Cívico de São Roque, dizendo que já falou com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Informou que o Governo Regional já foi notificado e já contactou pessoalmente o Senhor Vice-presidente do Governo no sentido de conseguir que aquela situação seja resolvida, uma vez que a mesma é um perigo para quem ali transita. -----

Quanto ao prédio da Rua da Carreira esclareceu que o mesmo já foi escorado, mas a possibilidade de cair é grande. -----

O proprietário após ter sido notificado informou que não tem meios para agir, como tal a Câmara terá de intervir ajustando com os serviços uma vistoria no sentido de segurar a parte que está em perigo. -----

De seguida passou a palavra ao **Senhor Vereador Gil Canha** para esclarecer a questão do muro de contenção do Pico do Cardo, começando por dizer que este assunto já se



arrasta ao longo do tempo, tendo já sido motivo de reuniões públicas na anterior Vereação. -----

O proprietário foi e tem sido notificado contrapondo a sua posição. -----

Continuando na sua intervenção, o **Senhor Presidente** respondeu à questão do Senhor Deputado Municipal Gonçalo Camacho, dizendo que tem implementado uma nova gestão e programação no espaço nobre da cultura da cidade do Funchal que é o Teatro Municipal Baltazar Dias, realçando que nestes últimos anos, não se verificava uma atividade e ocupação tão intensa daquele espaço como agora. Informou que têm sido recebidas muitas propostas de companhias e agentes culturais no intuito da Câmara os financiar o que não tem sido aceite por indisponibilidade financeira. -----

No caso concreto da veracidade da notícia publicada, há duas notas a realçar: -----

Primeira - a proposta não chegou à Autarquia pelo e-mail oficial, mas por outro email e encontrava-se incompleta, não tendo chegado qualquer outra informação. -----

Segunda - a versão jornalística deveria ter ouvido a parte da Autarquia. -----

Relativamente à questão do Senhor Deputado Municipal Domingos Abreu, quanto à Câmara à Porta, disse que quando a oposição não tem argumentos para deitar abaixo procura do ponto de vista regulamentar emperrar a situação, o que tem acontecido, porque em reunião de Câmara surgiram várias propostas de alteração que, na verdade, burocratizam esta matéria. -----

Esclareceu que não há meio milhão de euros para a Câmara à Porta, porque este programa é feito com recursos da Autarquia. -----

Finalizou, dizendo que não considera este projeto falhado, assumindo que irão analisar e proceder àquilo que possa ser melhorado, contando com a colaboração do PPD/PSD. ----

--- **A Senhora Presidente** deu por terminado este ponto da ordem do dia, e colocou à apreciação do plenário se poderiam discutir em conjunto os pontos dois e três. -----

fls 116
vº
g

Não havendo oposição, abriu a discussão do **ponto dois, apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação (art.º 25º nº 2 I) do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/09)** e do **ponto três apreciação e votação dos documentos de prestação de contas de 2013 (art.º 25º nº 2 I) do anexo à Lei nº 75/2013, de 12/03)**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que por sua vez passou a palavra à Senhora Vice-presidente por tratar-se de assuntos do seu pelouro. ----

--- **A Senhora Vice-presidente** começou por dizer que o que irão votar são as contas relativas ao ano 2013 e não a gestão daquele ano. São as contas que refletem a realidade da Câmara e permitem ter a noção do que poderá, ou não, ser feito no futuro, embora reconheça que ainda existem lacunas que irão ser referenciadas. -----

No seu ponto de vista, não deve ser preocupação da Câmara apresentar lucro. O que se pretende é que as contas reflitam a realidade. A preocupação é, de facto, o orçamento, porque a receita que o Município receber tem de ser suficiente para pagar os compromissos e as despesas. -----

Depois referiu-se à parte patrimonial chamando a atenção para os seguintes pontos: -----

- 1. **A demonstração de resultados** foi negativa pelos seguintes motivos: -----
 - 1.1. Provisão de cinco milhões, por perda de processo judicial. -----
 - 1.2. Custos com os trabalhadores decorrentes da decisão do Tribunal Constitucional de reposição dos subsídios de férias e de natal.-----
 - 1.3. Aumento da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações - passou de quinze para vinte por cento. -----
 - 1.4. Correção de estimativa de IMI em cerca de oitocentos mil euros. -----
 - 1.5. Correção de cerca de quinhentos mil euros, referentes ao inventário de bens de domínio público. -----
 - 1.6. Provisão de cerca de setecentos mil euros em juros de mora. -----



1.7. Provisão de quinhentos mil euros relativa a dois processos judiciais que com forte probabilidade serão julgados contra o Município no decorrer do ano de dois mil e catorze. Referiu-se depois a uma das lacunas deste relatório, que é devida ao facto de não estarem provisionados os valores de outros processos litigiosos que estão a decorrer contra a Câmara, com grande probabilidade de a Autarquia perder, comprometendo-se na próxima reunião da Assembleia apresentar uma lista dos mesmos. -----

2. Referindo-se à **execução orçamental** salientou vários aspetos: -----

2.1. As receitas e despesas são pagamentos e recebimentos do próprio ano. Estava previsto que a primeira tranche do PAEL, no valor aproximado de dezoito milhões de euros, fosse recebida em dois mil e doze, motivo pelo qual no orçamento de dois mil e treze apenas se contabilizou a segunda tranche do PAEL. Porém, o PAEL foi, na verdade, recebido na totalidade em dois mil e treze. Por esse motivo foi necessário fazer uma retificação ao orçamento inicial (cuja receita era de noventa e quatro milhões de euros) para cento e quinze milhões de euros de forma a incluir o valor do PAEL efetivamente recebido em dois mil e treze. Daí que, para fazer uma análise correta da execução orçamental é necessário ter o cuidado de retirar o efeito PAEL. -----

Presentemente a Câmara está a pagar faturas de fornecedores com data até dezembro de dois mil e onze e que nada têm a ver com o corrente. -----

A poupança corrente são as receitas correntes menos as despesas correntes que têm de ser iguais. Por força da nova Lei nº 73/2013, que entrou em vigor em dois mil e catorze, as receitas correntes têm de ser suficientes para cobrir as despesas correntes mais a amortização média da dívida dos empréstimos. Ora, este ano com o PAEL o valor da poupança corrente fica negativo, mas para sermos justos temos de tirar o efeito PAEL. Sendo assim a poupança corrente fica nos sete milhões de euros, o que nos coloca no limite, porque é essa a amortização para empréstimos para o ano de dois mil e catorze.

fls 117
v8

Nestas circunstâncias pode dizer-se que a margem de receita para fazer investimentos (porque é da poupança corrente que sai o dinheiro disponível da Câmara para fazer investimentos) no âmbito do PPI é muito limitada. Ou seja, nos próximos anos a Autarquia está, de facto, muito limitada em termos de investimento, por isso é necessário aproveitar ao máximo os fundos disponíveis. -----

Explicou ainda que há uma série de leis que restringem (como a já referida Lei nº 73/2013) e obrigam a que todos os acordos de pagamento sejam feitos no ano, para impedir que os fornecedores sejam pagos a dois e três anos. Salientou que no final do ano passado a anterior vereação, fez um acordo com a IGA e a Valor Ambiente de cinco anos, e este novo executivo fez com a EEM um acordo a cinco anos. Porém, esses acordos têm de ser pagos em acréscimo das despesas correntes. Reforçou a ideia de que nos próximos dois anos será necessário fazer um grande esforço no sentido de conseguir baixar e amortizar a dívida, sob pena de começarmos a ser alertados pela DGAL e entrar numa situação de reequilíbrio financeiro que era o pior que podia acontecer a esta Autarquia. -----

Seguindo a mesma linha de raciocínio, referiu a obrigação que já existia em dois mil e treze de reduzir em dez por cento o valor em dívida a mais de noventa dias, relativamente a dois mil e doze lembrando que isso ainda não foi feito. Uma das sanções decorrentes dessa falta é a retenção de vinte por cento nas transferências do orçamento geral do Estado sendo, então, esse valor (que ascende a cerca de dois milhões de euros) aplicado para pagamento direto de fornecedores. -----

3. Relativamente **às contas** salientou dois pontos: -----

3.1. Sobre as reservas e ênfases dos auditores em relação ao Imobilizado, disse ser necessário fazer um trabalho relativamente à avaliação dos bens que não são do domínio público, como também usar critérios objetivos, porque as amortizações no passado

muitas vezes mudavam de critério a meio da amortização, e por isso existem muitos bens que já chegaram ao fim de vida útil e estão com o valor. -----

3.2. Relativamente ao Ativo houve uma grande redução do valor a receber dos clientes entre o ano de dois mil e doze e o ano de dois mil e treze, porque foi provisionado o valor dos cinco milhões de euros do IRS, e os nove milhões de euros de valores recebidos por encontro de contas quando foi pago o PAEL, o que levou a um abate no valor de conta do cliente. -----

3.3. Em termos do Passivo há uma redução de curto prazo e um aumento de longo prazo, por força do PAEL, o que é bom porque o rácio de liquidez melhora, mas em termos de endividamento líquido (que é passivo menos o que temos a receber e menos as disponibilidades) esse valor não se alterou em nada de dois mil e doze para dois e treze.

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, começou por dizer que não ouviu a Senhora Vice-presidente dizer que nas contas do ano de dois mil e treze, houve falta de transparência. -----

Continuando, referiu-se aos números que dão origem ao prejuízo dos cerca de sete milhões de euros, que não estavam refletidos nas contas e que esta vereação passou a refleti-los, tal como a Senhora vice-presidente enumerou. -----

Depois explicou que uma provisão é algo que uma entidade acha que não vai receber ou que já sabe que vai gastar e que se reflete antecipadamente nas contas, sendo esse o procedimento da Câmara quando lançou cinco milhões de euros de provisão. Deu como exemplo os cinco por cento de IRS que a Câmara tem direito de cobrar junto do Governo Regional através da AMRAM. -----

Também falou no provisionamento de um milhão e meio de euros de dívida de cobrança duvidosa, onde mais uma reflete a diferença de critérios utilizados. -----

JLS 118
10

Em relação ao prejuízo de seis vírgula nove milhões de euros que o Senhor Presidente da Câmara diz existir, são movimentos contabilísticos, provisões constituídas e reavaliações a valores que esta Vereação achou que deveria fazer e que a Vereação anterior não o faria. -----

Salientou ainda, que o orçamento aumentou devido à correção do PAEL, passando de noventa e quatro ponto oito para cento e quinze milhões e o plano plurianual de investimentos de vinte e três vírgula quatro milhões de euros para vinte e quatro ponto sete milhões de euros. -----

Quanto à execução orçamental, e considerados os valores do orçamento e o PPI corrigidos, na receita foram cobrados noventa e sete por cento, enquanto nos pagamentos a execução foi de noventa e nove por cento daquilo que foi prometido pagar. Fez um apelo à Câmara para que, em relação às contas, não pense nem diga que tudo o que foi feito no passado foi mal feito, para depois limitar-se a redefinir tudo e dizer que a estratégia é sua. -----

Por fim sublinhou que apesar de apresentarem estes movimentos contabilísticos, irão avaliar a Vereação anterior e não a atual em relação às contas de dois mil e treze, pois como iniciaram funções em novembro, pouco mais podiam fazer não sendo responsáveis pelo que é bom ou mau. Avaliaremos sim a execução dos planos e das contas de dois mil e catorze. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva de Abreu, do CDS//PP, começou por fazer referência ao tempo em que fazia parte da Vereação da Câmara, notando a sua preocupação no saldo global apresentado na conta que hoje estamos a discutir, com uma variação que seria inferior a dois mil e doze, que reflete o total da despesa corrente em relação à receita corrente, notando que a variação foi negativa em relação a dois mil e doze, o que se veio confirmar agora. -----



Também se comprova que a margem de endividamento para o ano de dois mil e catorze é pouco mais de quatro vírgula seis milhões de euros. -----

Uma outra preocupação é a pouca margem de poupança corrente, porque deixa a Autarquia sem qualquer margem de manobra em termos de exercício. -----

Finalizou, demonstrando a sua apreensão em relação aos processos judiciais que esta Autarquia tem a decorrer e os seus efeitos imediatos. -----

3. O Senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Morais da Silva Reis, do PCP/PEV, começou dizendo que o Orçamento e Plano encontram-se profundamente marcados e influenciados pela adesão do Município do Funchal ao PAEL - Programa de Apoio à Economia Local, com todas as implicações negativas que essa adesão acarretaria para o Município: a dependência face ao Poder Central, a obrigatoriedade de cumprir determinados pressupostos e o perigo de penalizações, juntando-se a estas questões o aumento dos juros a serem suportados pela autarquia, o aumento da dívida de médio e longo prazo e a influência em termos da execução orçamental. -----

Com a apresentação dos documentos de prestação de contas verificou-se o seguinte: -----

- Relatório de Gestão - o empréstimo do PAEL (vinte e oito vírgula quatro milhões de euros) teve *“um grande impacto nas contas de dois mil e treze, tanto a nível da patrimonial como orçamental”* - se a nível patrimonial o efeito foi positivo dada a melhoria dos rácios de liquidez, na contabilidade orçamental o impacto foi maior, resultando no empolamento de diversas rubricas quer da receita quer da despesa; -----

- Atento o facto de a Autarquia estar amarrada a compromissos a médio e longo prazo com influência negativa no seu normal funcionamento, como se comprova, por exemplo, nos Empréstimos a Médio e Longo Prazo, por via do pagamento das primeiras prestações do PAEL e do empréstimo ao abrigo do Programa Pagar a Tempo e Horas; de facto, se em dois mil e onze e dois mil e doze foi evidente a redução do capital em dívida, em dois

15/11/13
ro

mil e treze, esses valores alteram-se, o capital em dívida no final do ano é superior em cinquenta vírgula cinco por cento ao do início do ano; -----

- Relativamente ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos, a execução financeira eleva-se a noventa e um por cento, porém, sem o efeito PAEL desce para os sessenta e três por cento e se analisarmos o PPI por funções e sem o PAEL, a execução seria apenas de cinquenta por cento. -----

Assim, salientou alguns aspetos a reter: -----

1 – Um nível de execução anual elevado (noventa vírgula noventa e quatro por cento, arredondado noventa e um por cento) sendo que em dois mil e doze fora de cinquenta e cinco vírgula trinta e três por cento. -----

2 – Uma execução global muito fraca (vinte e oito vírgula cinquenta e um por cento), mesmo inferior à de dois mil e doze (trinta e seis vírgula noventa e cinco por cento). -----

3 – A execução do PPI enferma dos mesmos resultados de sempre: a baixa execução em áreas essenciais como a Habitação, verificando-se, também, outras baixas execuções nos Complexos Balneares, no Saneamento Básico, no Urbanismo e Ordenamento do território e na Ação Social. -----

Perante estes dados o seu grupo municipal optará pela abstenção sem, no entanto, voltar a reforçar as preocupações com o futuro do Município e as implicações que o mesmo terá na qualidade de vida e bem-estar das populações e no desenvolvimento equilibrado e sustentado do mesmo. -----

4. A Senhora Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, do GMM, deu início à análise dos documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e treze, lembrando que constitui um dos momentos importantes do município porque reflete a gestão financeira do município, não podendo esquecer porém, que esta prestação de contas é da responsabilidade do executivo anterior. Assim, importa relembrar o passado



porque é preciso justificar a falta de rigor e transparência, elucidando com uma passagem da ata da reunião de Câmara de onze de abril de dois mil e treze, onde o Senhor Vereador responsável pela área financeira de então, dizia: *“as contas apresentadas são transparentes e rigorosas”*, e depois na sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e nove de abril de dois mil e treze, dizia: *“consequimos realmente no final do exercício, face à grande contenção da estrutura de custos que tivemos acabar com o exercício com resultados positivos de um vírgula cinco milhões”*. -----

Lembrou a reportagem de um matutino que no dia vinte e um de outubro de dois mil e treze, dia da tomada de posse do novo executivo, fez a seguinte notícia: *“... as contas da Câmara Municipal do Funchal, tem um lucro de um vírgula dois milhões... a vereação de Miguel Albuquerque deixa na Caixa de Depósitos à ordem, situação folgada em termos de tesouraria para a Presidência de Paulo Cafôfo.”* -----

Mas o que transmite a explanação da Senhora Vice-presidente, é um resultado líquido do exercício negativo, no valor de seis vírgula nove milhões de euros, que demonstra que a retórica do anterior Executivo sobre as contas da Autarquia eram uma falácia, face à realidade da situação herdada. -----

Tendo os custos totais do exercício registado um aumento de nove vírgula um milhões de euros face ao ano anterior, sendo esta diferença resultante essencialmente de: regularização da estimativa do montante de IMI a arrecadar em dois mil e treze, receita de IRS por receber e acréscimo de Custos com Pessoal. -----

Concluiu assim, que não houve rigor e transparência e que as contas apresentadas, de facto documentam e refletem uma gestão desastrosa do anterior executivo. -----

Por fim, realçou e congratulou o empenho deste executivo pelo seu rigor e transparência e que por isso o GMM votará a favor deste relatório. -----

ESCLARECIMENTOS: -----

fls 120
80

1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortes, do PPD/PSD, respondendo à Senhora Deputada Micaela Camacho, disse que os cinco milhões de euros só não são cobráveis porque a atual Vereação assim os designou e lançou-os como provisão dizendo que são custos. -----

Reconhecendo que o Município é obrigado a contabilizar estas provisões, deveria haver mais transparência, alertando que embora existam sete milhões de euros negativos (contra um milhão e meio, que em outubro, dizia-se ser positivo), no seu ponto de vista, existem cinco milhões que são possíveis cobrar. -----

2. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, esclareceu a Senhora Deputada Micaela Camacho que apenas acerca da sua saída antecipada da conferência de representantes e, dirigindo-se à Senhora Presidente da Mesa, solicitou que se passasse a lavrar atas daquelas reuniões. -----

5. Voltando ao ponto da ordem do dia foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Valdemar Berenguer, do GMM, que disse que as contas de dois mil e treze demonstram a forma anarca, irresponsável e atabalhoada como o anterior executivo governou esta Câmara Municipal. -----

A Câmara Municipal incluiu no orçamento de dois mil e treze verbas que não sabia se iria ou não receber, como foi o caso dos cinco milhões do IRS, já que na altura ainda estava a decorrer o processo no tribunal. Disse que o PSD empolou conscientemente as contas do Município, geriu muito mal os dinheiros públicos e, exemplo disso são os juros que o atual executivo pagou aos fornecedores *José Avelino Pinto* e *IGA*, num valor aproximado dos novecentos mil euros. -----

A assinatura do PAEL representa o falhanço da política financeira do PSD e do anterior executivo de Miguel Albuquerque e obriga o atual executivo a tomar medidas extraordinárias para cumprir as metas. -----



O anterior executivo assinou e beneficiou do empréstimo na totalidade. Usou as verbas, mesmo em período de gestão, deixando o pagamento das prestações à responsabilidade do atual executivo que tem de suportar as vinte e oito prestações. Para além disso, a Câmara Municipal fica impossibilitada de contrair mais empréstimos. -----

O PSD fez “a coisa tão bem feita” que no último mês de mandato recebeu a última *tranche* do PAEL e logo no primeiro mês de mandato da coligação pagamos a primeira prestação. -----

Referiu que o relatório da Câmara Municipal de dois mil e doze não faz referência ao pagamento de juros de mora, pois era habitual que os fornecedores nunca cobrassem esses juros. Contudo, a partir de dois mil e treze começaram a “chover” cobranças de juros de mora, mesmo relativamente a faturas que já tinham sido pagas, como é o caso da empresa do ilustre *José Avelino Pinto*, a mesma empresa cujo administrador foi agraciado com uma medalha de ouro pelo sentido de serviço público e por fazer obras “*sem estar a exigir dinheiro (...)*”. -----

Concluiu dizendo que os fornecedores da Câmara Municipal ganhavam os concursos a partir da Fundação Social Democrata, por serem apoiantes do regime, não tendo existido rigor nem transparência nos concursos. -----

6. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, começou por felicitar a Senhora Vice-presidente pelo trabalho feito na sua exposição técnica. -----

Em relação à matéria em discussão deu a definição de provisão contabilística, que em seu entender, é o suficiente para elucidar o que está em questão. Trata-se de prever responsabilidades cuja ocorrência provável seja ainda incerta quanto ao seu valor ou da data de ocorrência. Disse que as provisões não podem ter por objetivo corrigir os valores dos elementos do ativo. -----

f15121
10
C

Relativamente à mudança, proferiu uma frase da Senhora Deputada Municipal Guida Vieira, aproveitando para elogiá-la pela excelente intervenção que teve aquando das cerimónias das comemorações do vinte e cinco de Abril: *“foi nas ruas do Funchal que o povo quis a mudança”*. Quis uma mudança de atitudes, de respeito no estilo de governação, não falando muito do passado mas do futuro, no diálogo e não no oportunismo, no estilo de comunicação, na linguagem e no marketing político. Aproveitou para lembrar ao Senhor Presidente da Câmara a questão da auditoria às contas da Câmara Municipal questionando sobre a existência desse relatório e a sua apresentação aos deputados.-----

Fez também um reparo à comunicação política que o Município está a transmitir, dizendo que Município do Funchal está em situação de insolvência técnica, porque do ponto de vista empresarial isso é negativo, fazendo recuar o investimento na Cidade do Funchal. -- Sugeriu ainda, que em relação ao facto da Caixa Geral de Depósitos não enviar os saldos das cauções e das garantias bancárias, fossem envidados esforços junto da mesma no sentido de apurar os valores existentes e a respetiva recuperação.-----

7. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do GMM, referindo-se à avaliação do património, disse não compreender a dificuldade invocada uma vez que foi feita a reavaliação fiscal de todo o património da Cidade do Funchal e os valores fiscais dessa avaliação são muito próximos aos praticados no mercado imobiliário.-----

Referiu também que uma das suas preocupações foi a perda da Praça da Autonomia e do seu estacionamento, que era um importante património deste Município e que o Governo Regional destruiu com o fundamento de que era do interesse público invocando a necessidade de juntar as duas ribeiras, de modo a evitar mais tragédias. A Praça da Autonomia foi expropriada há muitos anos por cerca de um milhão e meio de euros na

moeda atual, gastando depois o Município outro tanto para fazer o estacionamento. Esta expropriação tacitamente revogou uma licença de construção aprovada, sendo a Câmara condenada a pagar ao titular da referida licença os lucros cessantes pela revogação ilegal do licenciamento da construção. Esse processo está em execução no Tribunal Administrativo e aponta para valores que nunca serão inferiores a sete milhões de euros.

Por tudo isto, pediu para a Câmara diligenciar junto do Governo Regional no sentido da reparação dos prejuízos que esta intervenção acarretou, não esquecendo que entre estes prejuízos estão também os lucros cessantes do parque de estacionamento. -----

Quanto às contas, recordou que em noventa e quatro esta Câmara foi conquistada pelo Prof. Virgílio Pereira, com a convicção de que apenas devia dois milhões de contos à banca, o que não correspondia à verdade porque havia faturas a liquidar no valor de cinco milhões e meio de contos, o que o levou a demitir-se, entregando a Câmara ao Dr. Miguel Albuquerque. -----

Este, por sua vez, deixou uma pesada herança de seis milhões de euros de dívidas, com circunstâncias gravíssimas, como a não contabilização de responsabilidades sociais, a não contabilização de juros a dever e a ocultação de despesa corrente, como se poderá conferir pelo relatório, da altura, da KPMG. Na altura o Dr. Miguel Albuquerque e o Dr. Pedro Calado diziam que como havia um acordo tácito não se pagavam juros. Como tal a KPMG não aplicava reservas mas sim ênfases. Mas isso não corresponde à verdade porque nos anos dois mil e onze e dois mil e doze, foram pagos juros aos empresários do regime. -----

Continuando, abordou o presente relatório da Empresa de auditoria KPMG, referindo que a mesma cobrou oitenta e um mil euros para fazer um *copy/paste* do relatório do ano passado, limitando-se a acrescentar mais ênfases, o que não é próprio de um auditor que foi contratado para defender com honestidade a informação que é dada aos contribuintes

JLS122
10

sobre as contas da Câmara. -----

Finalizou pedindo a esta Câmara que não volte a contratá-la porque a mesma não inspira credibilidade, uma vez que cobrou oitenta e um mil euros a esta Autarquia, enquanto à Câmara de Lisboa (manifestamente maior que a do Funchal) cobrou setenta e quatro mil euros e à Câmara do Barreiro (com mais população do que a nossa cidade) vinte e quatro mil e quinhentos euros. Disse que isto mostra a exploração e o "negócio dos amigos" que vieram da KPMG para esta Câmara e vice-versa. -----

ESCLARECIMENTOS: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, referindo-se à intervenção do Senhor Deputado Baltasar Aguiar acusou-o por diversas vezes de estúpido e que as suas palavras continham barbaridades nomeadamente sobre a Empresa KPMG, tais como: -----

Primeiro: Dizer que a Câmara deverá excluir a Empresa KPMG, aquando da abertura do concurso de auditorias. -----

Segundo: Menosprezou e ofendeu o trabalho elaborado pela referida Empresa. -----

Terceiro: Acusou a Empresa KPMG de elaborar um relatório ao gosto do anterior executivo camarário. -----

A Senhora Presidente admoestou por diversas vezes o Sr. Deputado Rui Cortez a abster de utilizar linguagem ofensiva e a ser mais comedido nas palavras. Os ânimos exaltaram-se e de novo **a Senhora Presidente** interrompeu os trabalhos, fazendo um intervalo de dez minutos, para repor a ordem na sala. -----

--- Ao retomar os trabalhos, **a Senhora Presidente** pediu calma, serenidade e respeito pela própria Assembleia e pelos s trabalhos que têm a desenvolver. -----

Dirigindo-se ao Senhor Deputado Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, pediu-lhe que terminasse a sua intervenção de forma breve e respeitosa. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD**, retomando a palavra disse que para si é fácil acatar o que a Senhora Presidente pediu e que pode contar consigo para apaziguar as situações. Deu por encerrada a sua intervenção. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, a propósito do procedimento concursal para auditoria às contas sugeriu, em nome do Grupo Municipal que representa, que a Câmara lance concursos públicos, de uma forma transparente, para não haver especulações futuras, e que elucide a opinião pública do procedimento dos concursos públicos. -----

--- **A Senhora Presidente** de seguida deu a palavra à **Senhora Vice-presidente da Câmara** para responder a alguns pedidos de esclarecimento, começando por explicar que o executivo anterior não optou por abrir concurso público para auditoria, mas por convidar cinco entidades, saindo vencedora a empresa KPMG. -----

Disse que para o ano de dois mil e catorze será aberto um concurso público para esse efeito. Frisou que, com intuito de maior transparência, até em procedimentos de valores pequenos, como o de ajuste direto, tem sempre solicitado um maior número de fornecedores para que todos tenham hipótese de concorrer. -----

Elucidou ainda alguns pontos relativamente às contas: -----

- Primeiro: decidiram provisionar os cinco milhões de euros, por ainda acreditarem que podem recebê-los, embora a própria KPMG pretendesse que esse valor fosse anulado. --

Pois a sua preocupação não é de lucrar, mas sim de seguir em frente, deixando o que está bem como está, melhorar o que pode ser melhorado e corrigir o que está mal. -----

- Segundo: relativamente ao PPI, tirando o efeito PAEL que foi de cinquenta por cento, (na mesma linha do ano anterior que foi de cinquenta e cinco por cento), há uma demonstração das limitações em termos de poupança corrente, por isso, têm de ser mais criteriosos e gerir bem, para conseguirem melhorar a poupança corrente. Este é um

fls 123
10

aspecto muito preocupante para o futuro da Câmara. -----

- Terceiro: os juros de mora não foram contabilizados com o intuito de dar prejuízo, mas porque o Município recebeu uma notificação judicial de um fornecedor de cerca de novecentos mil euros de juros de mora. Sendo uma das suas preocupações conseguir pagar os compromissos, com as receitas que irão arrecadar. -----

- Quarto: em relação ao PAEL, nunca disse que era contra o mesmo, pois se tivesse quase quinhentos dias de prazo de pagamento de fornecedores em atraso, também concorria ao PAEL. A verdade é que segundo as declarações trimestrais da DGAL, o prazo médio dos pagamentos a fornecedores era de quatrocentos e oitenta e oito dias antes do PAEL. Atualmente esse prazo é ainda de trezentos dias. Isso significa que, apesar de se ter baixado muito ainda há um desafio pela frente. No seu entender nenhum deputado poderá dizer que não queria o PAEL, mas este "não é um almoço grátis", nem veio a fundo perdido, terá de ser pago e teve influência forte nas contas. O endividamento médio e a longo prazo tem valor em excesso que o Município é obrigado legalmente a reduzir. -----

--- **A Senhora Presidente** deu por encerrado este debate, passando de seguida à votação dos **documentos de prestação de contas de 2013 (art.º 25º nº 2 I) do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/09**, sendo **aprovado por maioria com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do GMM, catorze do PPD/PSD e oito abstenções, uma do GMM, quatro do CDS/PP e três do PCP/PEV.** -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, principiou dizendo que o Grupo da sua bancada votou a favor pelo que já foi indicado e porque são responsáveis e solidários com as contas. -----

Em relação à questão da provisão, como já referiu à Senhora Vice-presidente, mesmo

que fosse obrigada a fazê-lo, não deveria fazer política com isso dizendo que há prejuízo na Câmara, porque acredita, e que fique gravado em ata, que a Câmara vai receber esses cinco milhões de euros, embora não saiba precisar a data. -----

Questionou a senhora Vice-presidente, em termos de transparência, qual a diferença entre o concurso público e convite, pois para si, na perspetiva da entidade pública a adjudicar, não há nada que torne mais ou menos transparente uma coisa ou outra. -----

Por último, disse que muitas Câmaras do país optam por fazer convite, porque assim convidam as empresas do próprio município criando-lhes oportunidade de trabalho, ao contrário do concurso público em que qualquer empresa pode concorrer, o que no caso da Região Autónoma da Madeira, é mais prejudicial porque concorrendo as grandes empresas do Continente o tecido empresarial local é destruído. -----

2. A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, GMM, começou por dizer que embora tenha votado a favor, a sua vontade era votar contra por ter plena consciência que estas são as contas da vereação anterior com as quais não concorda. Mas porque está colocado um problema político a este executivo camarário, têm de aprová-las para continuar a desenvolver o trabalho proposto. -----

Finalizou, dirigindo-se à Senhora Vice-presidente para dizer que fica a aguardar pelo compromisso por ela assumido, de trazer a lista com todos os processos judiciais pendentes na Câmara. -----

3. O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do GMM, usou da palavra para lembrar que já o Prof. Virgílio Pereira fora engando nas contas pelo PPD/PSD com a ocultação de valores. Reclamou a realização de uma auditoria séria às contas do Município. -----

4. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, interpelou a Mesa pedindo mais imparcialidade na condução dos trabalhos, por ter sido

15124
vº
S

pedido ao Deputado Rui Cortez do PPD/PSD para terminar não se tendo passado o mesmo na intervenção do Deputado Baltasar Aguiar. -----

--- **A Senhora Presidente** respondeu apenas que o Deputado Rui Cortez tinha ultrapassado o tempo de intervenção. -----

5. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMM, cingindo-se à declaração de voto disse que as contas apresentadas representam um maior reforço da transparência, sendo sem dúvida um meio de diagnóstico mais exato e mais correto, com o qual se congratula. Existindo também mais disponibilidade em esclarecer e em prestar contas sem o recurso a engenharias contabilísticas. -----

Para além da austeridade imposta pelo Governo da República a todas as Autarquias do País, a Câmara do Funchal vive uma dupla austeridade, porque o Governo Regional faz a distinção entre as diferentes cores partidárias das Autarquias da Região Autónoma. -----

Finalizou, abordando o mecanismo do PAEL usado por esta Autarquia para colmatar algumas insuficiências de gestão, e o modo como as contas como foram apresentadas, aproximando a Câmara dos cidadãos, merecendo assim a sua aprovação. -----

O senhor Presidente da Câmara ausentou-se da sala a partir deste momento. -----

--- De seguida a **Senhora Presidente** deu início à discussão do **ponto sete - Contrato Programa a celebrar entre o Município e a “Frente MarFunchal – Gestão e Exploração de Espaços Públicos e Estacionamentos Urbanos do Funchal, E.M.”** que passou a ponto quatro, como acordado em conferência de líderes, dando a palavra à **Senhora Vice-presidente** que começou por referir que todos os anos é feito um contrato programa com a Frente MarFunchal, para poderem equilibrar as contas e apresentar um resultado líquido positivo, uma vez que a mesma não tem receitas suficientes para cobrir as despesas. -----

O cálculo dessa transferência social é feito em função do número dos ingressos vendidos,



abaixo do preço real caso tivessem que repercutir todos os custos nos preços. O valor deste ano seria de cerca de seiscentos mil euros na tabela máxima, tendo sido feito o contrato-programa para dois mil e treze de apenas quatrocentos mil euros. Informou que no ano anterior o valor do contrato programa havia sido de quinhentos e vinte e cinco mil euros. -----

Para além disso há outro contrato-programa para repor os capitais próprios da Frente MarFunchal que decorre de uma recomendação / obrigação do Tribunal de Contas para aplicar no período de dois mil e doze a dois mil e quinze, devido ao facto de aquela empresa apresentar capitais próprios negativos em trezentos e vinte e cinco mil euros. --- Disse ainda que com esta transferência os capitais próprios da Frente MarFunchal, no próximo ano ficam sanados, devendo depois garantir-se que não existam demonstrações de resultados negativos. -----

Finalizou dizendo que não interessa que a Frente MarFunchal apresente lucro, senão estariam a pagar IRC sem necessidade. No fundo o valor transferido é o necessário para que a empresa tenha um resultado líquido equilibrado. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues, do PCP/PEV, disse que a celebração deste contrato-programa veio esclarecer e clarificar uma situação que se arrastava devido à não celebração entre a Câmara Municipal do Funchal e a empresa Frente MarFunchal do respetivo contrato-programa referente ao ano de dois mil e treze, o que merece a sua concordância. -----

No entanto, em seu entender, o mesmo deveria alargar o seu âmbito mediante a inclusão do ano de dois mil e catorze. -----

A abstenção do seu grupo municipal resulta do facto de tal não ser contemplado. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva de Abreu, do CDS/PP, começou

fls 125
v

por dizer que tinha algumas dúvidas porque só agora estavam a discutir a deliberação de um contrato-programa relativo ao exercício económico relativo a dois mil e treze, mas perante a explicação e respeitando o argumento da Senhora Vice-presidente, aceitou que passado um ano estejam a discuti-lo. Também apreciou ouvi-la dizer que no passado os contratos-programa eram superiores a quinhentos mil euros, e que neste preciso momento estão apenas com pouco mais de quatrocentos mil euros. Fez votos para que no futuro esse valor venha a ser reduzido, uma vez que defende que a Empresa Frente MarFunchal deve ter autonomia económica financeira e gerar as suas próprias receitas para manter os seus próprios custos. -----

Terminou sugerindo que o contrato-programa deveria estar acompanhado do um plano de atividades, de modo a poder analisar-se o que suporta os quatrocentos mil euros. -----

--- Não havendo mais intervenções a **Senhora Presidente** colocou este ponto à votação, sendo o mesmo **aprovado por maioria com vinte e um votos a favor sendo dezassete do GMM, quatro do CDS/PP e dezasseis abstenções, treze do PPD/PSD e três do PCP/PEV.** -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, disse que a abstenção da sua bancada deve-se ao facto de entender que esta votação carecia da disponibilização de informação atempada e completa por respeita a um montante que ainda é significativo. Lembrou que os Deputados municipais e a Assembleia têm responsabilidade em termos das consequências das decisões da gestão. Também chamou a atenção para o agendamento deste ponto que por ter sido aprovado em reunião de Câmara, não carecia de ser acrescentado à agenda da Assembleia Municipal, por sugestão de um elemento do GMM. -----

Ponto cinco – Homologação da deliberação da Câmara Municipal do Funchal de

concessão da Medalha de Mérito Municipal ao fotógrafo João Pestana (art.º 10º do regulamento de Medalhas Municipais), conforme proposto pelo CDS/PP. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva de Abreu, do CDS/PP, dando início à sua alocução disse que o CDS/PP fica grato pela aprovação por unanimidade em reunião de Câmara, da proposta de atribuição da medalha de Mérito ao seu Amigo João Pestana. Um reconhecimento em vida de um homem que muito contribuiu para a fotografia, uma personalidade ímpar de relevo na vida cultural da Região. -----

2. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, realçou a figura de João Pestana que por mérito próprio durante todos estes anos se destacou e merece a homenagem. De qualquer modo, disse que há questões processuais na apresentação destes documentos que devem ser mais cuidadas, tal como o facto de não existir medalha da cidade mas medalha de mérito da cidade, que é o que irá ser atribuído. -----

3. A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM, disse que o GMM concorda com a proposta de atribuição da Medalha de Mérito da Cidade, ao Cidadão João Pestana pelas razões curriculares apresentadas na proposta do CDS/PP e por ser uma figura que faz parte do nosso imaginário do funchal e das nossas vidas, pois parece que crescemos vendo aquela personagem de cabelos brancos e cachecol vermelho, andando pela nossa cidade. -----

Quanto às questões processuais em relação à medalha de mérito, colocadas pelo Senhor Deputado Domingos Abreu o mesmo tem razão, quanto ao resto são questões formais que não são da responsabilidade da Assembleia, que deverá cingir-se à aprovação ou não da mesma. -----

--- De seguida a **Senhora Presidente** colocou este ponto à votação sendo o mesmo

fls 126
ra

aprovado por unanimidade. -----

Ponto seis – Aprovação ao aditamento à Tabela de Taxas e outras Receitas Municipais do artigo 21º-A (art.º 25º nº 1 b) do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/09). ----

--- **A Senhora Vice-presidente** deu início à apresentação deste ponto, dizendo que foi decidido dar início a visitas guiadas cobradas no Teatro Municipal Baltazar Dias e nos paços do edifício da Câmara Municipal, excetuando escolas e associações sem fins lucrativos. -----

Para uniformizar e facilitar os valores cobrados nas visitas, foram estabelecidos dois preços, um para adultos, no valor de três euros e meio, e outro de dois euros e meio para jovens até aos dezoito anos, adultos com mais de sessenta e cinco anos e a grupos com mais de dez pessoas. -----

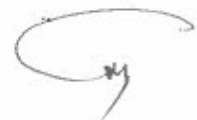
INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, do GMM, questionou a Senhora Vice-presidente sobre se os grupos de escolas, quando acompanhados, ficam totalmente isentos ou se terão algum custo. -----

--- **A Senhora Vice-presidente** esclareceu que os mesmos estão incluídos no grupo dos que não têm fins lucrativos. -----

2. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, disse que o seu grupo municipal vai abster-se na votação desta proposta, por subsistirem dúvidas relativamente ao sentido da taxa. A taxa é a cobrança de um valor que é devido pela disponibilização de um serviço e o cálculo desse valor não pode gerar lucro, dando assim origem à natureza do serviço público. -----

Porém, daquilo que é dado a conhecer pela documentação apresentada, este é um serviço que não terá custos para a Autarquia, e como tal não deveria ser cobrado. No entanto, o mesmo documento refere-se a um custo efetivo de supervisão de trinta por



cento do tempo dos funcionários e daí as dúvidas e a razão da abstenção de voto. -----

3. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva de Abreu, do CDS/PP, começou por dizer que defende que o utilizador deve pagar qualquer importância pela visita ou pela utilização de um determinado bem, porque só assim se dá o devido valor. Questionou, no entanto, acerca da previsão da receita neste ano económico para fazer face a esse custo.

4. O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Pereira Oliveira, do GMM, disse ficar muito satisfeito em tomar conhecimento da nova iniciativa do executivo desta Câmara, respeitante às visitas guiadas ao Edifício dos Paços do Município do Funchal e ao Teatro Municipal Baltazar Dias. É dessa forma que aqueles que residem nesta Região e aqueles que nos visitam terão oportunidade de conhecer o património histórico da cidade. -----

Quanto às taxas a aplicar, disse estar plenamente de acordo com os seus valores, por os considerar acessíveis. -----

Finalizou propondo para que se envidem esforços para a realização de uma reunião com a Secretaria Regional do Turismo e Agências de Viagens locais a fim de poderem incluir nas excursões guiadas, no centro do Funchal, a visita ao Município e ao Teatro, quer sejam com turistas de cruzeiros ou hospedados em hotéis, porque a Madeira é visitada anualmente por cerca de um milhão de turistas, sendo cinquenta por cento dos mesmos os que viajam em cruzeiro, sendo esse um grande potencial turístico a aproveitar. -----

--- **A Senhora Vice-presidente** iniciou os esclarecimentos aos Senhores Deputados, dizendo que ao tomar conhecimento que cerca de cinco mil turistas, por semana, visitam o átrio da Câmara, surgiu a ideia de criar visitas guiadas ao edifício, incluindo a Torre por permitir vislumbrar uma linda vista panorâmica. -----

Como tal, já estão a criar o Primeiro Roteiro Histórico da Cidade e a contatar as guias turísticas no sentido de encaminhar os grupos ao Município. -----

Referindo-se aos custos, disse que embora seja a Divisão de Turismo desta Autarquia

fls 127
vº

quem supervisionará as visitas ao Município (que funcionará também como posto turístico da Cidade), e no Teatro Municipal Baltazar Dias sejam os funcionários do mesmo a realizar essa tarefa, é preciso contabilizá-los porque há custos diretos e indiretos, sendo estas as regras para estabelecer as correspondentes taxas. -----

--- De seguida a **Senhora Presidente** colocou este ponto à votação, **sendo aprovado por maioria com vinte e dois votos a favor, dezoito do GMM e quatro do CDS/PP e quinze abstenções sendo doze do PPD/PSD e três do PCP/PEV.** -----

--- **Não houve declarações de voto.** -----

--- **Ponto sete – Celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia (art.º 25º nº 1 k) do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/09).** -----

A Senhora Presidente deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara tendo a mesma referido que os acordos foram negociados a nível da presidência, com todos os presidentes de junta de freguesia de forma consensual e sem levantar grandes dúvidas. -

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Morais da Silva Reis, do PCP/PEV, começou por dizer que o alargamento de competências por parte da Câmara Municipal do Funchal nas Juntas de Freguesia do Concelho constitui desde há muito tempo uma questão defendida pela CDU. -----

Esta delegação de competências em seu entender, permitirá um melhor enquadramento ao nível dos meios humanos ou técnicos necessários, resultando em ganhos significativos de eficácia e de melhor prestação de serviço público. -----

Recordou que, em dezembro de dois mil e treze, a CDU apresentou um voto de protesto contra a retirada de competências às juntas de freguesia, nomeadamente na área da limpeza. As justificações apresentadas pela CMF para tal relacionavam-se com os ganhos



em termos de eficácia e eficiência pelo regresso da limpeza à CMF. No entanto, nesta descentralização, verificamos que a limpeza de vias e espaços públicos pedonais transitam para as juntas de freguesia. -----

Afirmou que, independentemente dos avanços e recuos da CMF, o importante é a concretização da delegação de competências. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, no uso da palavra disse que estes acordos foram feitos entre todos os presidentes de junta de freguesia e a presidência da câmara, porque é uma obrigatoriedade da Lei nº 75/2013 que impõe que todas as verbas que a câmara atribui às juntas de freguesia sejam justificadas e previstas através destes acordos. -----

ESCLARECIMENTOS: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do GMM,** disse que foi com agrado que verificou a intervenção da Câmara Municipal do Funchal, em profundas limpezas dos arruamentos, jardins e canteiros dos diversos bairros sociais. -----

Contudo, devido ao facto de alguns desses bairros serem tutelados pelo Instituto de Habitação da Madeira, a Câmara não pode intervir nos respetivos pátios internos Questionou como é que as juntas de freguesia pensam articular esse assunto com o referido Instituto. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho,** respondeu que sendo os acordos de delegação de competências da Câmara, esta não pode delegar essas limpezas. As juntas de freguesia limitar-se-ão a informar a população onde e porquê devem dirigir-se para reclamar. Informou também que neste momento está a aguardar a marcação de um pedido de audiência com o Senhor Presidente do Instituto de Habitação da Madeira. -----

JLS128
S

3. Após estes esclarecimentos a Senhora Presidente voltou ao debate, dando a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP**, que começou por reforçar a descentralização de competências, porque as juntas de freguesia são o primeiro pilar de contato direto com as populações. -----

Aproveitou a ocasião para fazer referência e elucidar o estado de degradação em que se encontra o jardim público na Rua Pedro José de Ornelas, na Freguesia de Santa Luzia, uma vez que a limpeza destes recintos neste momento estão a cargo da Câmara. Pedindo por isso, mais articulação entre as juntas e a câmara porque há um certo mecanismo de trabalho que é necessário operacionalizar entre os mesmos. -----

4. **O Deputado Municipal António José Gouveia Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro**, informou que teve uma audiência com o Senhor Presidente da Investimentos Habitacionais da Madeira para expor alguns assuntos relacionados com o Bairro do Hospital, entre os quais a limpeza e manutenção dos jardins, em que o mesmo afirmou estar implícito que essa manutenção é da competência da Câmara. -----

Requereu depois outra audiência com alguém que representasse o Governo Regional, o Presidente do Instituto de Habitação e a Empresa que explora o parque de estacionamento do hospital, para solicitar um valor acessível para os moradores do Bairro do Hospital neste parque público, ao que o mesmo aceitou baixar de oitenta e oito euros / mês, para sessenta e cinco euros / mês. Embora reconheça que houve um sinal de boa vontade, considera que é um valor elevado, criticando assim o Governo Regional, por não se encontrar ninguém presente para discutir esse valor, uma vez que foi esta entidade a celebrar o protocolo com a Empresa que explora o referido estacionamento. -----

--- Encerrado este ponto a **Senhora Presidente** passou à sua votação, sendo **aprovado por maioria com trinta votos a favor, dezoito do GMM, cinco do PPD/PSD, quatro do CDS/PP, três do PCP/EV e sete abstenções do PPD/PSD.** -----

